



Governo desviou dinheiro para pagar encargos da EMATUM, MAM e Proindicus



Natla Ussene

Máfia no pagamento das dívidas ocultas

Pág. 4

Paz tremida?



Págs 2 e 3

lotaria

Joga em todo o lugar

*124# sojogo.co.mz Agentes

Esta semana
2 Milhões MT

à venda até 06 de Março - 19h
Concurso nº 10

**tã
da**

É PROIBIDA A VENDA DE JOGO A MENORES DE 18 ANOS.

DDR coloca Governo e Renamo em rota de colisão

Mais um acordo à beira da ruptura?

Por Raul Senda

Seis meses após a assinatura dos acordos de cessação das hostilidades militares e de paz definitiva, o Governo e a Renamo voltaram a mostrar sinais de colisão. O Executivo acusa a Renamo de manobras dilatórias e de chantagens para não cumprir com o processo de Desarmamento, Desmilitarização e Reintegração (DDR) dos homens armados da Renamo. Por seu turno, a Renamo nega as acusações e aponta o executivo como responsável pelo atraso no cumprimento dos acordos.

Enquanto as duas partes trocam acusações, na região centro vive-se um clima de tensão com ataques armados todos os dias.

O executivo de Nyusi endossa a responsabilidade dos ataques ao maior partido da oposição e este recusa, frisando que cabe ao governo conter as incursões armadas e devolver o sossego às populações.

Trata-se de um cenário que, na óptica de analistas ouvidos pelo SAVANA, não beneficia o país e aumenta o sofrimento popular. Sublinham que a confiança é um aspecto central para o sucesso de qualquer processo e, não havendo confiança, a consequência directa é de Moçambique regressar a uma situação de instabilidade.

Para os nossos entrevistados, os desentendimentos criam barreiras e este não é o momento das partes se atirarem responsabilidades. É altura de se unirem em nome do bem-estar do povo. É este povo que sente na pele o sofrimento dos desentendimentos das lideranças. O politólogo Régio Conrado recordou que, antes dos entendimentos de Filipe Nyusi e Ossufo Momade, Moçambique teve dois acordos de paz que depois falharam nos seus objectivos. Ou seja, nunca ajudaram a fazer de Moçambique uma terra pacífica.

Pelo contrário, explica o académico, todos os aspectos sociais e políticos que tinham substancia-



Seis meses após o acordo de paz o governo e a Renamo voltaram a mostrar sinais de colisão

do a estruturação da guerra-civil mantiveram-se, no essencial, no período pós-acordo.

Para Conrado, que é doutorando em Ciência Política na França, tal como este último, os anteriores acordos também previam o DDR e que o clima que se vive actualmente entre os dois signatários dos acordos de paz demonstra o quão o nosso processo de paz não constitui nenhum exemplo de sucesso pós-conflito.

Pelo contrário, relata, esta situação mostra que todo esse processo é frágil e que a política moçambicana é excessivamente excludente. “A troca de acusações que estamos a acompanhar neste momento entre as partes signatárias não constitui nenhuma surpresa. Desde que assinaram os acordos de Agosto, estava claro que não seria possível ter resolvido os problemas que tinham originado o conflito. A Renamo assinou um acordo sem avaliar profundamente o seu teor. O Governo fê-lo num contexto crítico. Era necessário realizar as eleições, como foi em 2014 com Armando Guebuza”, relatou. Conrado explica que, se olharmos para estes aspectos contextuais, os erros cometidos no processo de negociação por parte da Renamo e da sua liderança hoje têm impactos estruturais na forma como o processo está sendo “implementado”.

Por um lado, passadas as eleições e depois dos compromissos assumidos, a liderança da Renamo vê-se neste momento numa situação frágil para poder exigir ou a renegociação de um acordo mal negociado ou ainda o respeito do que está previsto nos acordos.

Sublinha que os processos de DDR são complexos e exigem muito mais tempo do que se poderia esperar no contexto da as-

sinatura dos acordos, com o aluimento nas eleições.

Para o politólogo, estas acusações beneficiam muito mais o governo da Frelimo que ganha tempo para que o processo fique ainda mais protelado e que a Renamo apareça aos olhos da comunidade Internacional como a que impera o processo. Relata que os acordos de Paz em Moçambique são teatralização da boa vontade das partes beligerantes visto que não nascem como uma verdadeira vontade de construir uma sociedade de paz. “Neste momento em que tudo parece paralisado, em que os acordos estão inertes, a estratégia menos cara e mais eficaz é o jogo de palavras, acusar falta de vontade de um e do outro”, frisou.

Disse que as desconfianças entre o governo e a Renamo são um elemento crítico no processo de construção de paz, pois sem a confiança entre ambos nenhum dos acordos poderá ser efectiva-

do. Explica que a confiança é um aspecto central deste processo e, não havendo confiança, a consequência directa é Moçambique regressar a uma situação de instabilidade.

Outro risco apontado por Conrado é de Ossufo Momade perder o controlo dos seus guerrilheiros devido à sua incapacidade de pressionar o Governo a respeitar os seus compromissos.

“É preciso não esquecer que há correntes internas na Renamo que estão convencidas que a única forma de vencer a Frelimo ou obrigá-la a respeitar ou a ser mais inclusiva é o uso das armas. Essa ala não é apenas a dos combatentes que vêm do tempo da guerra-civil. Alguns deles são jovens e fazem parte das estruturas importantes do Partido. Para resumir, não estamos ainda em Paz e podemos

ainda piorar a situação caso o governo não encontre mecanismos mais estruturais para implementar os termos do acordo”, descreveu. O académico aponta como exemplo as rebeliões internas lideradas por Mariano Nyongo e que Ossufo Momade está a mostrar dificuldades em encontrar soluções.

Noutra vertente, Régio Conrado frisou que a exclusão e a intolerância também têm contribuído grandemente para a instabilidade do país.

“A Frelimo sempre procurou se identificar como a nação e os restantes como periféricos o que não se compadece com o projecto da reconciliação entre os moçambicanos”, disse para depois afirmar que nenhuma sociedade é capaz de viver em paz se as elites não são capazes de partilhar o poder.

Régio Conrado apela ponderação no seio da classe política, porque no seu entender nenhum povo deve viver em situação de guerra, pois a guerra é uma situação trágica para os humanos e quando se está em guerra não se pode imaginar o futuro.

Explica que é inaceitável que, depois dos acordos de 1992, ainda estejamos a discutir as mesmas coisas, os mesmos problemas.

O nosso entrevistado termina a sua reflexão explicando que o que falta para que moçambicanos deixem de matar outros moçambicanos é que se eliminem as condições que levam determinados moçambicanos a verem no uso da violência armada como a *conditio sine qua non* para viver ou sobreviver. “Quando as pessoas têm a percepção de que um determinado partido beneficia apenas os seus, ou ainda quando têm a percepção de que a riqueza nacional é consumida por um grupelho, ou que não há mecanismos de integração enquanto vários outros próximos

do circuito do poder conseguem-no, elas decidem que a única é a via armada”.

Sublinha que Moçambique precisa de mudar o seu modelo político e económico que é ainda excludente.

O país precisa de paz e esperança e não de discórdias

O Bispo Auxiliar de Maputo Dom António Juliasse Sandramo disse que, como moçambicano, olha com grande preocupação as situações vividas na região centro e na província de Cabo Delgado. Refere que ninguém merece esse sofrimento. O país precisa de tranquilidade. Os moçambicanos precisam de reconciliar-se, os sentimentos de ódio, desconfiança e exclusão devem ser superados.

O prelado explicou que o país acaba de realizar eleições de onde saiu um governo. É nesse executivo que se criou expectativas de que algo farão no sentido de devolver esperança ao povo moçambicano porque, no seu entender, o povo precisa de esperança, da paz, de união e de prosperidade, e não de discursos de desentendimentos entre irmãos.

“Espero que o novo governo comece a dar passos, se afirme no pensamento e nas orientações que



Dom António Juliasse

ofereçam esperança ao povo e este caminhe na base dessa esperança para a reconciliação e verdadeira paz. Que aponte caminhos para o entendimento e para justiça social”, enfatizou dom Juliasse, deixando claro que era opinião pessoal e não da Igreja Católica que emite seus pontos de vista à nação através da Conferência Episcopal de Moçambique.

Sublinhou que a celeridade que os políticos imprimiram para a assinatura dos acordos de cessação das hostilidades, devia-se implementar na conclusão do processo, porque a demora abre espaço para incertezas, desgastes e desconfianças.

“Os desentendimentos criam barreiras. Este não é o mo-



Régio Conrado



mento das partes se atirarem responsabilidades. É altura de se unirem em nome do bem-estar do povo. É este povo que sente na pele o sofrimento dos desentendimentos das nossas lideranças”, disse para depois acrescentar que “no país, falamos muito de unidade nacional, mas temos dificuldades de conviver com essa unidade nacional. A unidade nacional não se faz de outra forma senão cada moçambicano reconhecer outro moçambicano como irmão independentemente da cor, raça, religião, partido ou pensamento”.

Para António Juliasse Sandramo, a questão de cidadania ainda deve ser muito cultivada em Moçambique. Enquanto tivermos moçambicanos acima dos outros moçambicanos dificilmente teremos sossego.

Refere que é difícil construir um país estável enquanto houver grupos que colocam seus interesses acima dos da nação, enquanto houver interesses cujas ideias, pensamentos e decisões são inquestionáveis.

“Todos devemos nos sentir moçambicanos e com espaço para o exercício dos nossos direitos e deveres. Não precisamos de pensar igual para sermos irmãos”, frisou. Dom Juliasse apelou às lideranças no sentido de perceberem que acima de interesses de grupos ou organizações está a nação que é de todos moçambicanos e que só haverá justiça se todos moçambicanos colocarem a nação moçambicana acima de tudo.

Moçambicanos merecem outra sorte

Para o Reverendo Marcos Macamo, até Agosto de 2019, o país e os moçambicanos viviam numa situação de cativeiro e depois saíram em direcção à terra prometida com assinatura dos acordos de cessação definitiva das hostilidades.

Sublinha que do cativeiro à terra prometida é uma longa caminhada cujo percurso nem sempre é glorioso. Pelo caminho há adversidades e o mais importante no meio disso, é que essas adversidades sejam ultrapassadas e que se chegue ao destino. É o que deve acontecer com o nosso processo de paz. Há sempre percalços no meio, mas que devem ser superadas.

No entender de Marcos Macamo, os moçambicanos precisam de esperança e que essa esperança seja transformada em um acto concreto.

“Precisamos de encontrar caminho que nos leve ao ponto certo. Podemos cometer erros, mas isso não deve nos desviar do real objectivo. As falhas devem ser pretexto para amadurecermos os processos e evitar que o mesmo se repita futuramente”, aconselhou. Marcos Macamo refere que pela sua natureza o povo moçambicano é pacífico e não merece uma sorte diferente de sossego.

Explica que não se podem fechar processos com desconfianças e espera que os últimos acordos de

paz signifiquem o fim da guerra e discórdia entre os moçambicanos. “Quando os nossos líderes apertaram-se as mãos, abraçaram-se era



Rev. Marcos Macamo

um sinal de que deitavam abaixo aquela lei de vingança, retaliação e ódio e que, daí em diante devíamos experimentar uma nova forma de ser e de estar como humanos, como compatriotas”, explicou.

Refere que o que se quer neste momento não é troca de palavras com conteúdos violentos. Queremos um Moçambique onde todos têm lugar para se expressar e se alegrarem com esta dádiva que Deus nos concedeu.

Explica que uma sociedade construída na base de rancores e vinganças está condenada ao fracasso e, nós como país não é isso que precisamos. Moçambique precisa de amor e união. “Os nossos dirigentes precisam de nos dirigir com humildade porque esta é a virtude suprema para que as nossas coisas sejam bem sucedidas e perpétuas”, disse.

Recordou as partes que as responsabilidades estão nos dois lados. Cada um dos signatários dos acordos de paz tem seus deveres e há necessidade de confiança mútua.

“Temos que confiar em nós próprios para depois confiar noutra pessoa. Uma visão inspira a outra e como moçambicanos precisamos de aglutinar diferentes visões para construir um Moçambique próspero porque, caso contrário, iremos afundar. Há necessidade de cada uma das partes reflectir e encontrar melhor forma de solucionar os diferendos porque, caso contrário, o país é que vai perder. Unidos é que se pode construir um Moçambique cada vez melhor”, aconselhou.

Marcos Macamo convidou a classe política a encontrar caminhos flexíveis e que levem o país a um ponto certo na medida em que já não é tempo dos moçambicanos se odiarem.

“Vamos deixar de lado as desavenças e potenciar o que nos une. A nossa moçambicanidade deve estar acima de tudo. As diferenças sempre existirão e não podem estar acima daquilo que são interesses supremos do país”, finalizou

As desavenças retiram credibilidade ao país

Dinis Matsolo, do Conselho

Cristão de Moçambique, disse que sem conhecer os conteúdos dos acordos assinados fica difícil avaliar, fazer a monitorização ou aconselhar aos protagonistas.

Explicou que a comunidade religiosa está a fazer o seu possível para uma paz duradoura. “Estamos a trabalhar nisso, estamos a procura de aproximação das partes para este grande desafio. Continuaremos a trabalhar para a solução e o nosso apelo é que as partes se aproximem e conversem para ultrapassar estes diferendos”, explicou.

Matsolo lamentou o facto de, após

os acordos de 1992, Moçambique ter servido como exemplo para o mundo de que os moçambicanos podem viver juntos de forma pacífica e com amor, nos últimos anos registemos regressão.

Explica que estas desavenças retiram credibilidade de Moçambique como Estado.

“Precisamos de reflectir como moçambicanos sobre como acabar com esse clima de ódio e desconfianças. Devemos acabar com estes jogos de esconde, esconde. Precisamos de nos confiar porque só assim seremos capazes de construir um país próspero”, finalizou.



Rev. Dinis Matsolo

*Termos & Condições Aplicáveis

BancABC
parte do
atlasmará

Travel

4408

VÁLIDO PESSOAL

EXPIRA A

VISA

Exclusivo do BancABC

Quando viajar, use o Cartão Travel Money do BancABC!

Um cartão pré-pago que **não está sujeito a variações cambiais e não cobra comissões em pagamentos via POS no estrangeiro**, desde que use o cartão pré-pago da moeda certa, correspondente ao país em que se encontra.

Está disponível em 4 moedas diferentes, **Rand (R175), Dólar (\$13), Euro (€11) e Libra (£10)** e **não necessita de estar associado a uma conta bancária**.

Requisite já o seu cartão Travel Money na nossa agência mais próxima.

Para mais informações:

✉ mz-callcenter@bancabc.com 📞 whatsapp: 8555 8555

📞 Nacional: 92264 📞 Internacional: +25821482199

BancABC
parte do
atlasmará

www.bancabc.co.mz

A triste história da EMATUM, MAM e Proindicus

Governo desviou dinheiro para pagar encargos das dívidas ocultas

Por Armando Nhantumbo

No começo foi a própria dívida que foi contraída às escondidas. Agora é o pagamento dos encargos que também é feito às escondidas. É a triste história moçambicana das dívidas ocultas, agora com mais um episódio rocambolesco: mais de 60 milhões de meticais foram desviados pelo executivo, só em 2018, para pagar encargos relativos à reestruturação das dívidas das três empresas de fachada que estão no epicentro do maior escândalo financeiro de sempre na história de Moçambique.

O desastre que se abateu sobre o país, depois da contracção de dívidas às escondidas e ao arrepio das normas, parece que não foi suficiente para que os dirigentes moçambicanos tirassem as devidas lições. Não passaram dois anos depois de se ter despoletado o escândalo que empurrou o país à pior crise económico-financeira da sua história, para que Governo voltasse a violar a legislação orçamental e procedimentos contabilísticos no “caso dívidas ocultas”. São mais de 60 milhões de Meticais (63.428.740,88 Mts) que o executivo de Filipe Nyusi desviou, só em 2018, para pagar facturas em atraso dos con-

tratos de consultoria relativa à reestruturação das dívidas contraídas pelas empresas moçambicanas de Atum (EMATUM), Mozambique Assets Managment (MAM) e Proindicus. O valor, inserido na rubrica de “transferência ao exterior”, foi desviado da dotação para quotas a organismos internacionais. O Tribunal Administrativo (TA), o órgão auditor das contas públicas, não tem dúvidas de se tratar de um desvio de aplicação, mas, mais do que isso, uma infracção financeira cometida pelo Governo do presidente Nyusi. “A utilização de dinheiros públicos em finalidades diferentes das legalmente previstas é infracção financeira, segundo o disposto na alínea n) do n.º 3 do artigo 98 da Lei n.º 14/2014, de 14 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 8/2015, de 6 de Outubro (...)”, explica o TA, no seu mais recente relatório e parecer sobre a Conta Geral de Estado (CGE), referente a 2018. Numa clara reprovação ao Governo, o TA cita ainda o n.º 2 do artigo 15 da Lei n.º 9/2002, de 12 Fevereiro, segundo o qual “nenhuma despesa pode ser assumida, ordenada ou realizada sem que, sendo legal, se encontre ins-

crita devidamente no Orçamento do Estado aprovado, tenha cabimento na correspondente verba orçamental e seja justificada quanto à sua economicidade, eficiência e eficácia”. Para o TA, o pagamento, à EMATUM, MAM e Proindicus, dos mais de 60 milhões de Meticais da dotação para quotas a organismos internacionais, “configura desvio de aplicação, nos termos do estabelecido no n.º 1 do artigo 78 do Título I do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 181/2013, de 14 de Outubro, do Ministro das Finanças”. Não é a primeira vez que o Governo moçambicano pontapeia leis no âmbito das dívidas ocultas. Depois de, entre 2012 e 2014 ter violado a legislação Orçamental e contraído mais de USD 2 mil milhões às escondidas, no ano passado, o executivo ignorou o acórdão do Conselho Constitucional (CC), que decretou a dívida da EMATUM como ilegal, ao pagar USD 38 milhões à EMATUM. Na altura, o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, desdramatizou o

caso, considerando que o pagamento dos USD 38 milhões não era uma afronta à decisão do CC. Maleiane, o ministro “lança-perfume” que tem dado o peito às balas na defesa da “causa” das dívidas ocultas, sublinhou que, enquanto não se esclarecem os contornos da dívida, os pagamentos vão continuar.

Mas nada de novo nos pagamentos reportados na CGE 2018. Os atropelos às regras de gestão orçamental têm sido a marca da governação em Moçambique, como se extrai dos relatórios do TA que, anualmente, reportam divergências e omissões que, no fundo, são sinais vermelhos sobre a forma como as contas públicas são geridas pelo Governo.

Integração regional

Moçambique deve recorrer à energia

• Defende ex-dirigente da ONU

Antigo secretário-geral adjunto das Nações Unidas, Carlos Lopes, considera que Moçambique pode aproveitar o seu potencial energético, nomeadamente no gás natural e nos recursos hídricos, como trunfos para extrair maiores ganhos na integração económica regional e no livre comércio.

Carlos Lopes referiu-se às vantagens do Acordo de Livre-Comércio Continental Africano (AfCFTA, sigla em inglês), durante uma palestra que proferiu terça-feira em Maputo sobre o tema “Avanços na integração regional africana: implicações para Moçambique”. “O enorme potencial energético de Moçambique pode ser uma resposta para o défice energético na África Austral, principalmente da África do Sul, que é uma das maiores potências económicas do continente”, frisou. Sobre um eventual cepticismo quanto à liberalização do comércio em África, Carlos Lopes apontou a intensificação do comércio intra-africano e a industrialização como uma das vantagens. “África tem um nível de industrialização bastante limitado, que pode ser galvanizado através da liberalização do comércio”, frisou. O economista assinalou ainda o papel que a liberdade de comércio pode ter na intensificação de investimentos de empresas africanas, referindo que se verifica uma tendência de maior aposta na circulação de capitais dentro do continente. “Assistimos a um incremento do investimento africano dentro do continente em contraponto com a erosão do investimento dos investidores tradicionais, que são de fora do continente, nomeadamente EUA e UE”, observou. Carlos Lopes defendeu que os ganhos do livre comércio em África não serão automáticos, apontando a necessidade de os estados se prepararem para tirar dividendos desse mecanismo. “Um acordo deste género nunca produz ganhos automáticos, mas

cria inúmeras possibilidades que só se podem capitalizar com a necessária preparação dos estados”, afirmou Lopes, economista guineense. Cada estado africano deve elaborar o seu próprio plano nacional sobre as áreas em que pode obter maior rendimento com a liberalização do comércio em África, prosseguiu. A entrada dos operadores informais no sector formal da economia, através da modernização dos quadros regulatórios, e o aumento da cadeia de valor para os pequenos produtores são outros dos benefícios que podem ser gerados pelo AfCFTA, salientou Carlos Lopes. O Acordo entrou em vigor em 30 de maio de 2019, depois de ter sido ratificado inicialmente por 24 países. Com o tratado, os estados africanos pretendem estabelecer um enquadramento para a liberalização de serviços de mercadorias e tem como objetivo eliminar as tarifas aduaneiras em 90% dos produtos. O AfCFTA permitirá criar o maior mercado do mundo com um Produto Interno Bruto (PIB) acumulado a ascender a 2,5 biliões de dólares (cerca de dois biliões de euros). “Jihadismo” Em declarações aos jornalistas à margem da conferência, Carlos Lopes defendeu que os países africanos devem garantir a paz e segurança como premissas para o desenvolvimento social e económico dos estados. “Acho que não é possível o comércio com qualidade sem segurança”, destacou. As migrações e as mudanças climáticas, nomeadamente pelo seu potencial de geração de conflitos, são outras áreas a que os estados africanos devem prestar atenção, para poderem projetar o desenvolvimento social e económico. “Às vezes, as pessoas podem pensar que as mudanças climáticas não têm uma relação direta [com as guerras], mas têm, porque muitos dos conflitos em África resultam da escassez de recursos”, destacou.

Confirma TA:

EMATUM não dá dinheiro

Apesar da “boa vontade” do Governo, que sempre prometeu “melhores momentos”, a verdade é que as três empresas no epicentro das dívidas ocultas são autênticos “elefantes brancos”, elas que só foram criadas para dar corpo à máfia por detrás de toda a operação das dívidas ocultas.

No Relatório e Parecer do TA sobre a CGE que temos vindo a citar, a EMATUM é uma das sete sociedades anónimas que, em 2018, não distribuiu dividendos ao Estado. O documento não indica a situação das outras “duas marias”, mas o SAVANA sabe que a MAM e a Proindicus também são empresas improdutivas. Ainda assim, em 2015, o Estado investiu 535 milhões de Meticais no aumento da sua participação no capital social da EMATUM. O auditor das contas públicas mostra ainda como as dívidas do “elefante branco” EMATUM estão a privar o Estado de receitas que devia arrecadar de outras empresas por si participadas, casos do estatal Banco Nacional de Investimento (BNI).

Da lista das empresas participadas pelo Estado, que em 2018 não distribuíram dividendos ao Estado, consta o BNI que, de acordo com o TA, não repassou dividendos ao Estado por se ter feito um encontro de contas com um empréstimo obtido em 2015, destinado a financiar a comparticipação no pagamento do cupão da EMATUM, ao Credit Suisse, no montante de USD 20 milhões, correspondentes a 720 milhões de Meticais. Num outro capítulo, o de Despesas do Estado com o Saneamento Financeiro de Empresas e Aumento de Capital, através do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), o TA refere que, no exercício em apreço, o IGEPE despendeu 770 milhões de Meticais, dos quais 270 milhões para o BNI e 237 milhões para o Banco Comercial e de Investimentos (BCI), ambos para o pagamento de parcelas de capital e juros, resultantes da contracção de empréstimos no valor de 200 milhões de Meticais e 510 milhões de Meticais, respectivamente, no âmbito da comparticipação do IGEPE no pagamento do cupão da EMATUM junto ao Credit Suisse.

(Em mil Meticals)									
N.º	Empresas	Capital Social	Participação do Estado		Participação do IGEPE		Dividendos		
			Capital Social	Peso (%)	Capital Social	(%)	Total	Estado	IGEPE
							100%	75%	25%
Sociedades Anónimas									
1	CAIC - Complexo Agro-Industrial de Chókwe, SA	500	100	20,0	350	70,0	0	0	0
2	CIM - Companhia Industrial da Matola, SA	638.652	6.195	1,0	3.257	0,5	0	0	0
3	DOMUS - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	1.270	178	14,0	1.016	80,0	0	0	0
4	EMATUM - Empresa Moçambicana de Atum, SA	15.000	9.900	66,0	5.100	34,0	0	0	0
5	EMEM - Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, SA	1.500.000	750.000	50,0	750.000	50,0	0	0	0
6	EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, SA	157.000	61.250	39,0	48.870	31,0	0	0	0
7	PETROMOC, SA	1.800.000	1.080.000	60,0	360.000	20,0	0	0	0
8	STEMA - Silos e Terminais Graneleiro da Matola, SA	245.935	108.211	44,0	137.724	56,0	7.066	5.299	1.766
Total		4.358.357	2.015.814	46,3	1.081.117	24,8	7.066	5.299	1.766
Fonte: IGEPE.									

Fonte: IGEPE.

A EMATUM é uma das sete sociedades anónimas que, em 2018, não distribuiu dividendos ao Estado.



MAPUTO INTERNATIONAL MUSIC FESTIVAL

II EDIÇÃO-2020

Campus UEM
29 Fevereiro - 17h00



operadora oficial do festival

artistas

Pink Floyd Legend • ANTÓNIO MARCOS • HOT BLAZE

imagination feat leee john • Kapa Dêch • SETH SUAZE

bilhetes

Normal: 1000MT || Vip: 5000MT

BILHETES JÁ DISPONÍVEIS NAS LOJAS COMPUTICKET, BDQ MOBILE (AV. GUERRA POPULAR ESQUINA COM AHMED SEKOU TOURÉ), EL PATRON & OLÍMPIA PINTO CABELEIREIRO (POLANA SHOPPING)

PATROCINADORES



PARCEROS



PARCEROS INSTITUCIONAIS



Ministério da cultura e turismo

UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

PRODUÇÃO

BDQ - CONCERTOS

Apoio às vítimas das cheias que assolaram a capital

Oposição critica resposta da edilidade

As bancadas da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), na Assembleia Municipal da Cidade de Maputo, insurgiram-se contra as medidas adoptadas pelo executivo da Eneas Comiche em resposta às vítimas de inundações que assolaram a capital, afectando cerca de 7.190 pessoas, o que corresponde a 2.455 famílias e 5 óbitos.

A VI sessão ordinária da Assembleia Municipal da Cidade de Maputo, que teve lugar esta quarta-feira, dedicou-se ao balanço das recentes chuvas que assolaram a cidade capital, causando um rasto de destruição e dor em muitas famílias. Na verdade, as chuvas desataram os crónicos problemas de saneamento e ordenamento territorial que grassam, sobretudo, os bairros suburbanos da capital.

O edil de Maputo, Eneas Comiche, apresentou o seu programa de resposta para mitigar os efeitos das inundações e devolver a vida a normalidade em bairros como Polana Caniço, Maxaquene, Mafalala, Chamanculo, entre outros que mais sofreram.

Para além de residências, as intensas chuvas que caíram nos dias



Medidas tomadas por Comiche para aliviar o sofrimento das vítimas das cheias não convencem a oposição

09,10 e11 de Fevereiro atingiram ainda algumas escolas, unidades sanitárias e mercados.

Falou da retirada de águas nas residências alegadas, limpeza das valas de drenagem para garantir a fluidez das águas e actualização no número das famílias afectadas.

Num plano futuro, apontou para a necessidade de construção de mais valas de drenagem, mas também

materializar o plano de construção de uma bacia de retenção pluviais no bairro da Maxaquene, que vem do anterior elenco, e avançar com campanhas de educação cívica.

Medidas paliativas

As bancadas da oposição na Assembleia Municipal entendem que o edil fez uma resenha que não espelha a realidade no terreno, ca-

racterizado por falta de apoios aos mais carenciados.

Augusto Banze, da bancada municipal do MDM, considerou os pontos apresentados por Comiche, como sendo ineficazes e desmoralizadores.

Disse que não vale a pena construir valas de drenagem ou uma bacia de retenção, em zonas propensas a inundações, e que pela sua estrutura

e natureza não são habitáveis.

Entende que é preciso avançar com um programa de reassentamento que permita a retirada definitiva das populações dos locais de risco e propensão as inundações, principalmente aquelas que são acolhidas em centros de acolhimento.

Por sua vez, Paulo Chibule, representante da bancada da Renamo, disse que o Município deve levar mais a sério a questão do impacto das chuvas que acabam afectando a vida dos munícipes, que vivem em condições precárias.

e agravam mais ainda, a sua situação, porque quando chegam as chuvas os mesmos perdem o pouco de que dispunham. Deste modo, avança para a necessidade da adopção de medidas concretas, eficazes para resolver problemas a longo prazo e não questões imediatas.

Diferentemente dos primeiros dois intervenientes, Maria Nhaca, da bancada municipal da Frelimo, louvou o nível de resposta avançado pelas autoridades municipais, sublinhando que vão ao encontro da situação de emergência em que muitas famílias se encontravam. Nhaca encorajou a edilidade a prosseguir com o seu trabalho visando restabelecer a normalidade a vida dos munícipes afectados.

(Elias Nhaca)

PUBLICIDADE

QUIQMola
Dinheiro na hora!

Aceda pelo Netplus, Netplus App ou QuiQ, siga os passos e já está.

Solicite já.

Standard Bank Seguindo em Frente

Efectue o pagamento antes do fim do mês para comissão de apenas 5%. Depois TAEG 29%. Para mais informações, ligue 800412412/21355700 ou dirija-se à agência mais próxima. Termos e condições aplicáveis.

tv cabo

15
GIGAS

O TEU FUTURO
VAI SER GIGA!

Art Direction by www.bangbang.agency

* Planos de Internet com plafone de tráfego.
** Equipamento base de acesso ao serviço, propriedade da TVCABO.



NA ADESÃO A UM PLANO DE NET* OFERTA DE UMA RECARGA DE 15GB
+ OFERTA DA INSTALAÇÃO + CEDÊNCIA DO EQUIPAMENTO**
Estudar nunca foi tão fácil e rápido. E ainda te sobram gigas para a diversão!
Campanha válida de 25 de Janeiro a 29 de Fevereiro.

21 480 550
82 4800 | 84 4800
550 na rede TVCABO
apoio@tv cabo.co.mz
www.tv cabo.mz

“Caso Embraer” no julgamento

TJCM esmiúça contornos de “Xihivele”

Depois de, em Dezembro de 2018, terem ficado 24 horas em prisão, os três arguidos do “caso Embraer” estão, desde esta quinta-feira 27, em julgamento, no Tribunal Judicial da cidade de Maputo (TJCM). Para os prós e os contras, estão duas versões, uma sobre sobrefacturação em esquemas de corrupção e outra sobre agravamento de preço por força de condições económicas do mercado.



José Viegas, Paulo Zucula e Mateus Zimba no banco dos réus para desvendar o esquema de “Xihivele”

No banco dos réus estão sentados José Viegas, antigo presidente do Conselho de Administração (PCA) das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM); Paulo Zucula, antigo ministro dos Transportes e Comunicações e Mateus Zimba, antigo director da Sasol, acusados de corrupção na aquisição de duas aeronaves à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Paulo Zucula está a responder ao processo na qualidade de réu preso. Foi detido em Junho de 2019, suspeito de ter recebido subornos para viabilizar construção do Aeroporto de Nacala, num caso que envolve Odebrecht.

No centro do furacão estão alega-

dos pagamentos indevidos a altos executivos moçambicanos como forma de suborno para a compra de duas aeronaves E 190 da fabricante brasileira.

De acordo com as investigações, foram USD 400 mil pagos por cada aeronave, totalizando USD 800 mil.

Entretanto, de acordo com os termos do contrato entre a Embraer e a LAM, a que o SAVANA teve acesso, o que sucedeu é que, a 22 de Maio de 2008, a Embraer apresentou uma proposta de venda de USD 30.8 milhões por aeronave, com base “nas condições económicas de Janeiro de 2008”. Na proposta, a Embraer assina-

lava que a oferta era válida se a LAM manifestasse interesse e assinasse o contrato até Junho de 2008, data depois da qual o preço seria agravado.

Mas ao que consta, a companhia nacional de bandeira só viria a assinar o contrato a 29 de Setembro, já com a oferta agravada para USD 31.1 milhões, uma subida de USD 250 mil por cada aeronave, mais USD 118.8 mil de certificação.

Ao que tudo indica, é neste agravamento que vai girar toda a acusação contra os arguidos, com a acusação argumentando que o aumento do preço da oferta justifica-se com esquemas de corrup-

ção engendrados pelos arguidos e a defesa rebatendo com a tese de agravamento por condições económicas de mercado.

As investigações das autoridades norte-americanas indicam que o agravamento da oferta justifica um esquema de corrupção, envolvendo o pagamento de USD 800 mil aos arguidos, como condição para a Embraer vender as duas aeronaves à LAM.

Para as autoridades americanas, Mateus Zimba, descrito como “Agente C”, foi peça-chave no esquema, tendo criado uma empresa fantasma, a Xihivele, usada para a drenagem dos subornos. De acordo com as investigações, foi depois da formalização da proposta de venda das duas aeronaves que apareceu o moçambicano Mateus Zimba, “que não trabalhou nos esforços da venda”, a informar que actuaria como consultor na empreitada, precisando que “nós gostaríamos de ter um gesto na entrega do primeiro avião”.

Depois de altos dirigentes da Embraer terem apresentado uma oferta de USD 50 mil a Zimba por cada um dos aviões vendidos, o antigo director da Sasol não achou nada simpático o valor e estava “esperando uma comissão muito maior”. “...ao ouvir o valor, insinuou que o cliente (LAM) poderia adjudicar o contrato para outra empresa”.

Assinalam as autoridades norte-americanas que, mais tarde, entraria em cena José Viegas, que “frisou que tinha recebido comentários muito desagradáveis de algumas pessoas sobre a proposta da comissão da Embraer”, considerando-a como “um insulto e, de certo modo, teria sido menos ofensivo não propor nada, mesmo que isso não fosse aceitável”.

Foi quando o director adjunto da Embraer para Europa, Luiz Fuchs, perguntou ao então PCA da LAM o que ele esperava da Embraer, que José Viegas respondeu que, naquelas circunstâncias, um milhão de dólares seria bom.

Luiz Fuchs achou o valor alto, mas depois de negociar, José Viegas “finalmente sugeriu que poderíamos nos safar com USD800

mil” em duas tranches de USD 400 mil.

Fuchs alertou a Viegas que a Embraer não tinha orçamento para “esse valor de consultoria”.

Viegas não se terá sentido incomodado com a posição de Fuchs e sugeriu que o valor podia ser tirado da margem de lucro sobre as duas opções de compra das aeronaves.

“Perguntou (Viegas) se o preço da aeronave poderia ser elevado”, sublinhou Fuchs, acrescentando igualmente que Viegas disse que não se sentia à vontade para discutir aquele assunto por telefone. O que é certo é que, a 22 de Abril de 2009, sete meses após a celebração do acordo de compra, mas antes da entrega da primeira aeronave, a Embraer celebrava um contrato de representação comercial com a Xihivele-Consultoria e Serviços Lda. Um dos elementos intrigantes do processo é o nome dado à empresa que, em português, significa “rouba lhe a valer”. O acordo com a empresa de Zimba autorizava a Xihivele a promover vendas do avião E190 “apenas especificamente” para a LAM, embora a compra desses aviões tivesse sido contratada sete meses antes da assinatura do contrato de representação comercial. Isto significa que a Xihivele não existia quando o contrato de compra e venda das aeronaves foi assinado. “O contrato com a empresa de Mateus Zimba falsamente afirmava que o trabalho de promoção de vendas havia começado em Março de 2008”, relata o documento.

“A Embraer prometeu, por esse contrato de representação comercial, pagar à empresa de Mateus Zimba USD400 mil por aeronave, exactamente o valor que José Viegas tinha dito anteriormente que aceitaria. Ocorre que nem Mateus Zimba nem sua empresa prestaram serviço a Embraer”, frisa o documento com o título “termo de compromisso e ajustamento de conduta”.

A Embraer revelou, em 2011, que estava a ser investigada nos EUA por possível violação da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior, uma lei anticorrupção que é aplicada com rigor. Como as acções da Embraer são negociadas em Nova Iorque e alguns dos pagamentos passaram pelos EUA, os norte-americanos têm jurisdição para investigar a Embraer.

As duas versões, a de atraso na assinatura da proposta inicial e a de sobrefacturamento para acomodar comissões, estão a ser esmiuçadas no julgamento que ontem iniciou dentro de dias no Tribunal Judicial de Maputo.

Invasões constantes às concessões da firma por garimpeiros

MRM sem capacidade para conter ilegais

A Montepuez Ruby Mining (MRM), concessionária de extensas áreas para exploração de pedras preciosas, particularmente no distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, diz-se incapaz e desprovida de força para fazer face à acção dos garimpeiros ilegais que regularmente invadem às áreas concessionadas.

Uma nota desta entidade, que é emitida dias depois de, pelo menos, dez garimpeiros ilegais terem perdido a vida quando exerciam actividade ilegal e sem observância de qualquer medida de segurança, pede às autoridades moçambicanas para alguma coisa fazerem no sentido de reverter a situação, evitando, deste modo, mais mortes e perdas de receitas por parte da MRM e do Estado.

“A MRM continuará a fa-

zer campanhas para aumentar a consciencialização entre as comunidades locais, mas as acções perpetradas pelos mineradores ilegais ultrapassam as nossas capacidades, daí que pedimos o apoio do Governo para a resolução deste problema, que tem causado enormes prejuízos à companhia” pediu o director-geral da MRM, Harald Hällich, lamentando as últimas ocorrências.

No centro das invasões, segundo a MRM, estão sindicatos de comércio ilegal de rubis moçambicanos que, com alguma facilidade, aliciam as populações pobres para estas invadirem as concessões da firma.

“Os mineiros ilegais são normalmente controlados e geridos por sindicatos e intermediários que tiram vantagem da pobreza e do desemprego. As investigações da MRM desco-

briram que os mineradores ilegais são tipicamente recrutados por líderes sindicalizados ou intermediários bem financiados, que atraem os seus recrutas com promessas de fortunas de mineração de rubi”, denunciou Hällich.

Há uma semana, grupos de garimpeiros ilegais emboscaram uma viatura pertencente à mineradora, ferindo com gravidade três funcionários da mina e, ligeiramente, um agente de segurança privada da companhia. Para além de ferir os ocupantes da viatura, o grupo dos ilegais incendiou o veículo, que ficou totalmente destruído pelo fogo. A MRM é detida pela britânica Gemfields e, localmente, conta com a participação minoritária da moçambicana Mwiriti Limitada (25 por cento) do general ligado ao partido Frelimo, Raimundo Pachinuapa.



Maria das Neves Rebelo de Sousa

Prémio Social 2020

Distinguir a Solidariedade em Moçambique

O Prémio Social homenageia o contributo de **Maria das Neves Rebelo de Sousa** a causas humanitárias, de equidade e inclusão social, particularmente em Moçambique, entre 1967 a 1970, deixando na memória de entidades e populações a indelével marca da sua personalidade e sentido de dádiva ao próximo.

A Câmara de Comércio Portugal-Moçambique (CCPM) honra esse legado ao instituir a **2.ª edição do prémio anual de mérito de 7.500 €**, que pretende distinguir a solidariedade e a resiliência aplicadas à salvaguarda dos valores universais dos direitos humanos, pilares fundamentais à construção do futuro de Moçambique,

Um reconhecimento das individualidades ou organizações que, pela sua relevância e trabalho, se destacaram pela sua responsabilidade social em Moçambique, em 2019, contribuindo de forma decisiva e com especial impacto social, através da abordagem teórica - com a introdução de novos conceitos, novas metodologias ou contributos para a modificação de mentalidades - ou da aplicação de modalidades de apoio direto.

A CCPM reforça, assim, o seu compromisso com a construção de uma sociedade inclusiva que valorize as relações sociais, académicas, económicas e culturais entre as comunidades dos dois países.

As candidaturas devidamente fundamentadas devem ser submetidas exclusivamente online, em www.ccpm.pt, de acordo com as instruções aí referidas e até 6 de Março de 2020.

Informe-se em www.ccpm.pt

Parceiros



Millennium
bim



Uma iniciativa



Design PAULA VIEGAS



ANÚNCIO DE VAGA

Oficial Nacional de Recursos Humanos

A Representação da Organização Mundial de Saúde (OMS) está a recrutar um/a Oficial Nacional de Recursos Humanos, para o seu escritório em Maputo, Moçambique.

Caso esteja interessado/a, clique no link a seguir para obter informações mais detalhadas e aplicar a sua candidatura:

<https://careers.who.int/careersection/ex/jobdetail.ftl?job=2000633&tz=GMT%2B02%3A00&tzname=>

Candidaturas:

Os interessados deverão, até 9 de Março de 2020, formalizar a sua candidatura, através do link acima indicado.



Assinatura do jornal

A partir de 01 de Agosto de 2017

DESTINO	PERÍODO		
	Trimestral	Semestral	Anual
TODO O PAÍS	1.000,00mt USD 20,00	1.850,00mt USD 35,00	3.500,00mt USD 60,00
PAÍSES DA SADC	USD 40,00	USD 75,00	USD 130,00
RESTO DO MUNDO	USD 50,00	USD 100,00	USD 200,00
Assinatura versao electrónica	1.550,00Mt USD 25,00	2.480,00Mt USD 40,00	4.340,00Mt USD 70,00

Cada período é renovável em qualquer altura do ano.
Entrega ao domicílio nas Cidades de Maputo, Matola e Beira.
Aceitamos propostas para novos agentes, distribuidores e angariadores de assinaturas em todo território nacional.

Para mais informação contacte:

Miguel Bila, 82 4576190 / 84 0135281 / 87 0135281
(miguel.bila@mediacoop.co.mz, mediafax@mediacoop.co.mz, mediafaxm@gmail.com)
Danilo Matsimbe, 82 7356980 / 84 5723175
APBX, 21 327631 / 21 301737 / 82 3171100 / 84 3171100
Fax, 21 302402 / 21 304265 admc@mediacoop.co.mz



LYNDEN LANGUAGE SCHOOL

Testes de diagnóstico - A decorrer
Novos cursos - 2 de Março



Rua 3511 / Inhambazula Nr°26,
Sommerschield 2
t 82 3072540
e info@lynden.co.mz www.lynden.co.mz



Instituto Politécnico de Geologia e Ciências de Saúde

COMUNICADO

A Direcção do IPGCS – Instituto Politécnico de Geologia e Ciências de saúde informa aos estudantes FINALISTAS nomeadamente TMG3, ENF. GERAL2, ESMI2, ESMI3, ESMI4, e ESMI5 e ao público em geral que a 2ª cerimónia de graduação terá lugar a 21 de Março de 2020.

Quelimane, aos 19 de Fevereiro
2020
O Director
Elegível



A sua saúde está nas nossas mãos



Inscrições abertas para o ano lectivo de 2020.

COM ESTÁGIOS PROFISSIONAIS TODOS OS SEMESTRES.



**Inscrições
abertas
2020**

MESTRADOS

Duração: 2 Anos
Início das aulas: Fevereiro de 2020

- Mestrado em Direito do Trabalho;
- Mestrado em Finanças e Comércio Internacional;
- Mestrado em Docência e Gestão do Ensino Superior;
- Mestrado em Direitos Humanos Desenvolvimento Económico e Boa Governança;
- Mestrado em Energias Renováveis;
- Mestrado em Administração e Gestão de Empresas;
- Mestrado em Gestão dos Recursos Humanos e Liderança.

DOCTORAMENTO

Duração: 4 Anos
Início das aulas: Março de 2020

**Doutoramento em Paz, Democracia,
Movimentos Sociais e
Desenvolvimento Humano.**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- Licenciatura em Gestão de Marketing
- Licenciatura em Gestão Financeira
- Licenciatura em Administração Pública
- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
- Licenciatura em Relações Públicas e Assessoria de Direcção
- Licenciatura em Organização e Economia de Trabalho

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Licenciatura na área Jurídico Forense
- Licenciatura na área Jurídico – Económico – Empresarial
- Licenciatura na área Jurídico – Político – Constitucional

FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Alternativas e Recursos Petrolíferos
- Licenciatura em Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Licenciatura em Engenharia e Gestão da Construção Civil



Contactos:

Universidade Técnica de Moçambique
Av. Alberto Lithuli Nº 418/438 ou através dos telefones:
Secretaria Geral - 21301102/21302109 • Email: mciudm@gmail.com
Secretaria do Mestrado - 84 02 62 805 / 82 15 93 122 • Email: dpgp9udm@gmail.com
Website: www.udm.ac.mz • www.facebook.com/udm.mz/
Maputo – Moçambique

Mário Machungo

O último adeus ao “nacionalista”

Por Argunaldo Nhampossa

Os restos mortais do nacionalista e economista Mário Machungo foram a enterrar, na última segunda-feira, no cemitério de Lhangue, depois de um velório público no paços do Conselho Autárquico de Maputo.

Familiares, amigos, colegas e camaradas descreveram Machungo como um homem que sempre se bateu pela justiça social e igualdade dos moçambicanos, factos que impulsionaram a sua luta como combatente na clandestinidade.

Três tiros de espingardas anunciavam a descida da urna, contendo os restos mortais de Mário Machungo ao sepulcro. Mas antes, oficiais das Forças de Defesa e Segurança desataram a bandeira que cobria o caixão para que fosse entregue pelo presidente da República a família do malogrado. Os diferentes momentos eram intercalados por cânticos típicos da ocasião entoados pelo grupo coral da Igreja Anglicana.

Uma vez mais, a Frelimo se fez representar pelas suas elites, numa cerimónia de despedida de um dos seus mais brilhantes filhos.

Sem os habituais grupos de choque da Frelimo para prestarem hossanias, o velório iniciou por volta das 10 horas quando a urna contendo os restos mortais do malogrado chegou àquele local. Mas só por volta das 12 horas que se registou um considerável número de pessoas para prestarem o último adeus. As 12:30 chegava o presidente da República que, acompanhado pela esposa, assinou o livro de honra e seguiu a sala onde estava a urna em câmara ardente.

O Bispo anglicano da Diocese dos Libombos, Carlos Matsinhe deu início a cerimónia com palavras de conforto: “vivemos e morremos para Deus. Deus dá e Deus tira”.

Os partidos políticos da oposição, dentre parlamentares e extraparlamentares, marcaram presença no velório público, que também contou com a presença dos titulares de órgãos de soberania nacional, antigos presidentes da República, funcionários bancários e membros da sociedade civil.

Nascido a 01 de Dezembro de 1940, em Chicuke, na cidade da Maxixe, província de Inhambane, Machungo perdeu a vida no passado dia 17 de Fevereiro, aos 79 anos, vítima de doença, em Lisboa, capital portuguesa. Os seus restos mortais chegaram ao solo pátrio na manhã do passado sábado e foram velados na capela da paróquia São Cipriano, no mesmo dia.

Machungo foi um nacionalista e militante da Frelimo na clandestinidade. Desempenhou diversos cargos como servidor público com destaque para as funções de Primeiro Ministro de 1986 -1994,



Intervenientes apontam que Mário Machungo defendeu a agricultura para promoção do desenvolvimento

num cenário que o permitia chefiar o governo.

Foi deputado da primeira legislatura da Assembleia da República por um ano (1995/6) onde veio a renunciar o cargo para se dedicar a banca.

Lutador pela justiça

No elogio fúnebre, o presidente da República, Filipe Nyusi descreveu Machungo como homem de qualidades ímpares, que teve uma vida feita com sentido de missão.

Deste modo, considera que o país perdeu um nacionalista político, um exímio economista, um lutador da justiça, liberdade, igualdade e acima de tudo um defensor a sério da independência política e económica de Moçambique.

Apontou que, neste sentido, o povo moçambicano inclina-se perante à memória de um dos seus maiores dirigentes pós-independência.

Para Nyusi, Machungo foi uma importante figura do Moçambique contemporâneo, tendo desempenhado funções de reconhecido mérito na política, economia e na banca. É ainda conhecido como um estudante dedicado e um combatente na clandestinidade na luta de libertação nacional, quer em Portugal e a posterior em Moçambique, antes de independência.

“O seu entusiasmo, aliado a sua capacidade mobilizadora e o seu espírito de organização foram decisivos para o desempenho com brio dos diferentes cargos que foi atribuído desde o governo de transição até ao pós independência”, disse.

Anotou que devido ao seu amor à pátria, dedicação à revolução, ao progresso social, amizade e solidariedade entre os povos são valores que contribuíram para que fosse condecorado com a medalha Eduardo Mondlane, bem como veterano da luta de libertação nacional.

Foi também conhecido como um académico nato e intelectual, qualidades que na óptica do Chefe de

Estado foram importantes para a implementação do programa de reabilitação económica, numa altura em que o país transitava de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado.

Disse que nas suas diversas intervenções foi possível testemunhar o seu profissionalismo e rigor no desempenho das suas funções onde o bem estar, a justiça e a equidade estavam sempre em primeiro lugar. Sublinhou que se trata de um carácter profissional herdado do seu progenitor, com o qual Nyusi trabalhou nos CFM e testemunhou o seu nível de entrega.

“A todos deixou um património cívico e moral imperecível. É por isso que, como povo, continuaremos empenhados no trabalho que sempre nos habituou como forma de garantir a nossa liberdade e desenvolvimento, reconhecendo a sua inextinguível dedicação a Moçambique a sua entrega incondicional a causa da pátria prestigiando o povo e nome do país além fronteiras”, anotou.

Rui Fonseca, PCA do Millennium Bim, disse que Machungo foi uma figura incontornável na história de Moçambique, um extraordinário

estudante que com mestria colocou o seu conhecimento técnico científico ao serviço da causa da nação. Considerou o veterano de luta de libertação como um homem de trato fácil, elevado nível de cultura que sabia escutar os apelos das diferentes sensibilidades nacionais e internacionais. Disse que notabilizou-se igualmente pelo facto de priorizar os outros nos ganhos e ele sempre o último. Acrescentou que esta sua postura fazia com que acreditasse na teoria segundo a qual “as soluções para os problemas do país se fundavam e concentram nos ensinamentos do povo, cabendo aos dirigentes inspirar-se neles”.

Segundo Fonseca, muito cedo o antigo PM viu que a agricultura era a chave do desenvolvimento, crescimento económico e humano dada a sua capacidade de gerar efeitos multiplicadores noutros sectores de actividade económica promotores do bem estar almejado por toda sociedade.

Recordou o papel de Machungo na criação do Millennium BIM cujos objectivos passavam, por um lado, em transformar, inovar e desenvolver um sistema financeiro nacional capaz de responder aos desafios do

novo século. Por outro, desenvolver e estruturar a bancarização e inclusão financeira nacional, metas que, segundo Fonseca, foram alcançadas com sucesso.

Margarida Machungo, que apresentou a mensagem dos filhos, falou de num pai presente na vida da família, determinante e que desempenhava as suas atribuições com prazer. “Os pais não morrem, simplesmente partem mais cedo e, um dia, algures, estaremos juntos. Hoje o sentimento remete-nos a um pai atento, afectuoso e conselheiro e com grande sentido de família e apaziguador”, disse, na esperança de guardar nos corações as suas melhores memórias.

Por sua vez, o partido Frelimo evidenciou o percurso do economista na defesa da causa pela liberdade, justiça social e dignidade do homem moçambicano.

Para Roque Silva, Secretário-Geral da Frelimo, o partido perdeu um dos seus melhores filhos que deu a vida por um país livre e economicamente estável.

Enquanto isso o antigo presidente Armando Guebuza apontou para a necessidade dos moçambicanos se apropriarem da vida e obra de Machungo. Entende que esta mensagem é para todos, incluindo os adultos porque também precisam de lições sobre o forte patriotismo de Machungo e a sua militância pela causa da libertação na nação bem como a independência económica.

No entanto, Guebuza diz que é sabido que a independência económica e o próprio desenvolvimento estão ainda em processo, pelo que temos que continuar o trabalho feito por aquele nacionalista.

Para Raul Domingos, presidente do PDD, o país tem que ser grato ao Machungo por ter incutido na mente dos moçambicanos que a agricultura é a principal força para o desenvolvimento. De acordo com Domingos, é preciso recordar aquela figura como alguém que deu um inestimável contributo ao desenvolvimento do país.





CONCURSO

O Programa Mundial para Alimentação (PMA) das Nações Unidas, tem a honra de informar à V. Excia(s) que está aberto um concurso para a venda 47.79 toneladas de óleo vegetal decalarado impróprio para o consumo humano e próprio para ser utilizado como matéria prima para a fabricação de sabão.

O produto poderá ser visito nos armazéns do PMA em Maputo, sito no Bairro do Hanhane, Parcela 501, Rua Zaida Chongo de Segunda a Quinta-Feira a partir das 8 horas até as 16:30 e na Sexta-feira a partir das 8 horas até as 13:30 horas.

As empresas interessadas poderão submeter as suas propostas para o seguinte endereço electrónico: wfp.maputo@wfp.org até as 10 horas do dia 10 de Março de 2020.



TENDER

The United Nations World Food Program (WFP) has the honour to inform you that a tender is open for the sale of 47.79 tons of vegetable oil unfit for human consumption and fit as raw material for soap manufacturing.

You can see the product at WFP Maputo warehouses, located in Bairro do Hanhane, Parcela 501, Rua Zaida Chongo, from Monday to Thursday (from 8 AM to 4:30 PM) and on Friday (from 8 AM to 13:30 PM).

Interested companies can submit their proposals to the following email address: wfp.maputo@wfp.org until 10 AM on 10th March 2020.



PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Programa Mundial para Alimentação (PMA) das Nações Unidas, está a actualizar a sua base de dados de provedores de serviços.

Companhias oficialmente registadas em Moçambique são convidadas a enviar cartas de “Manifestação de Interesse” para o Fornecimento dos seguintes Produtos Alimentares:

- 1. Cereais (arroz, milho e mapira),
- 2. Leguminosas (feijão manteiga, feijão catarino, feijão nhemba e feijão boer),
- 3. Produtos processados (farinha de milho e farinha de soja),
- 4. Óleo alimentar
- 5. Sal.

Os envelopes fechados com a referência **WFP/FOOD PROCUREMENT/LOGS/001/02/20** devem ser enviados para o seguinte endereço:

PMA Moçambique
Av. do Zimbabwe, 1302
Maputo

Ou através do Fax: +258 – 21485244, ou ainda para o correio electrónico: maputo.logistics@wfp.org

As manifestações de interesse devem ser submetidas até as **23:59 horas (Hora Local de Moçambique) do dia 10 de Março de 2020**. As companhias seleccionadas receberão um questionário que deverá ser devidamente preenchido e submetido, ao PMA até as 10:00 horas (hora local), do dia **27 de Março de 2020**, anexando todos os documentos indicados no questionário. Este anúncio **não é concurso, daí que não são aqui solicitadas as taxas de cobrança pelos serviços.**



REQUEST FOR EXPRESSION OF INTEREST

The United Nations World Food Programme (WFP) is updating the Logistics shortlists.

Companies officially registered in Mozambique are invited to send letters of “Expression of Interest” to provide the following food products:

- 1. Cereals (rice, maize and sorghum),
- 2. Legumes (pinto beans, sugar beans, cowpeas and pigeon peas),
- 3. Processed food (maize meal and CSB),
- 4. Cooking oil,
- 5. Salt.

The closed envelops with the reference **WFP/FOOD PROCUREMENT/LOGS/001/02/20** should be sent to the following address:

WFP Mozambique
Av. do Zimbabwe, 1302
Maputo

Or through Fax: +258 – 21485244, or to the following email address: maputo.logistics@wfp.org

The applications should be submitted by **23:59 AM (Moz local time), 10th March 2020**. The selected companies will receive a questionnaire to be dully filled and submitted to WFP by **10:00 hours (Moz local time), 27th March 2020**, attaching the requested supporting documentation on the questionnaire. This announcement is not a tender. Thus, **NO services charging rates are hereby requested.**

Marcelino dos Santos em entrevista*

Amílcar, Guevara, Palme e Paulo VI

Por Flora Gomes e Sol de Carvalho

Entrevista a Marcelino dos Santos que a seguir é apresentada foi feita pelos realizadores Flora Gomes, da Guiné Bissau e Sol de Carvalho de Moçambique, no quadro de uma pesquisa que o realizador guineense fazia para a elaboração de um roteiro de um filme sobre Amílcar Cabral. O tema desta entrevista foi precisamente a fase do nascimento do nacionalismo moderno das ex-colónias portuguesas e os debates e discussões realizadas pelo movimento nacionalista para se afirmar nacional e internacionalmente, batalha em que Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos estiveram pessoalmente envolvidos. É também uma entrevista sobre o relacionamento pessoal e intelectual entre dois pensadores do movimento de libertação. A entrevista foi realizada em Março de 2003.

Flora Gomes : Quando é que conhece Amílcar Cabral em Portugal?

Marcelino dos Santos: Foi no ano 1947 quando lá cheguei (a Lisboa)... é interessante notar que cheguei a 5 de Outubro de 1947, sai a 5 de Outubro de 1951, 4 anos exactos entre o caminho de França, depois de todas as peripécias de vida lá em Portugal. E, obviamente, que no segundo ou terceiro dia, eu conheci o Amílcar Cabral, pois nós conversávamos e falamos de mil e uma coisas.

Nesta altura, o Amílcar Cabral estava trabalhando para ver se conseguia dinheiro para viver o mês inteiro... tinha uma bolsa muito fraca... tinha que dar explicações para ter a mesada para poder viver. E havia outros companheiros que tinham uma mesada fraca... por exemplo o Luis da Cunha que tinha uma mesada de 700 escudos que era muito pouco. Mas ele não gastava muito, então não tinha menos preocupações...

Sol de Carvalho: O Cabral gastava mais?

MS: O Cabral tinha muito mais actividades! Mas eu cheguei com uma mesada de 1200 escudos e emprestava, muitas vezes emprestei a A, B, C e também ao próprio Cabral.

Nós não nos encontrava-mos só para receber a bolsa ...mas isto é para dizer que ele tinha uma bolsa de estudos muito fraca, de 600 escudos e que era preciso trabalhar para desenrascar a vida. Mário de Andrade chega depois de mim a Lisboa, creio que ele chega em 1948....

SC: O Agostinho Neto...

MS: Sim... o Agostinho Neto, Alda de Espírito Santo, o Estêvão, Rui de Nazaré que era um camarada muito importante, muito bom... era poeta... também muito bom politicamente ... e muitos outros companheiros, Pedro Pires, de Cabo Verde, da Ilha da Brava.

Realmente eram companheiros muito bons. Naturalmente um deles era também muito amigo das mornas e tocava um pouco... aliás as primeiras mornas que escutei foram cantadas - pelos menos uma delas - por Amílcar Cabral.

Quando cheguei estava a “temperatura” quase que “normalizada”, no trabalho a fazer no quadro legal que era a Casa dos Estudantes do Império. A CEI estava organizada em secções. As secções eram de cada um dos nossos países, secção de Moçambique, secção de Angola, secção Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e Goa.

Então o trabalho a fazer era de assegurar e controlar o trabalho das secções, que a nossa gente, do nosso grupo, ficasse na direcção destas secções... e ao mesmo tempo ocupar a Direcção Geral. No caso de Moçambique, quem trabalhou muito também foi o Dr. Fernando Vaz, o médico. Ele ficava a gerir a secção de Moçambique - era preciso um médico - e eu ia para Direcção Geral... mas nunca fui presidente. Era essa a estrutura geral. Nós fomos reavivar isso. Neste processo trabalhámos com o mundo juvenil, com o Movimento Democrático Juvenil português.

A CEI e o Partido Comunista

SC:Ligado ao Partido Comunista...

MS: Sim, era uma expressão da Juventude do Partido Comunista. Havia também o Movimento de Unidade Democrática que também era ligado ao Partido Comunista. Não era comunista mas era dirigido pelo partido comunista como sempre, como aconteceu na resistência contra os nazis.

Todos os que tiveram a coragem de enfrentar o fascista Salazar de forma realmente aberta eram os comunistas, de modo geral, porque tinham motivações para isso, porque os outros não tinham motivações. Se vocês estudaram ou andaram pela França, lembrem-se que quando o Petain se rende aos alemães todo o mundo se lança para a resistência, para a guerrilha, Les Partisans. Mas ao fim do ano todo o mundo tinha recuado e ficou só o Partido Comunista Francês porque os outros não tinham as mesmas motivações, buscavam não somente uma vitória contra os nazis, mas que fosse possível um benefício. Mas o Cabral não suportava as camisoladas de força, a disciplina do partido - eu penso que em França há uma expressão muito conhecida que é de *Compagnons de Route*, “companheiros de caminho”, que foi especialmente tratada por Jean Paul Sartre.

SC:Não há uma ligação formal deste grupo pequeno de africanos ao Partido comunista português?

MS: Há...

FG:Como o Vasco Cabral...

MS: Sim o Vasco Cabral e Lúcio

Lara ...não sei quem mais

SC:Mas o Marcelino não...

MS: Não, trabalhei com o núcleo juvenil, trabalhei na clandestinidade, realizávamos trabalho clandestino, todo o trabalho era clandestino. Fazíamos um trabalho especial e quem nos fazia a ligação com o Partido Comunista era o Vasco Cabral . Então nós achamos bom criar uma célula na Casa de África. Mas tínhamos a Tia Andreia, a casa da tia Andreia e tínhamos a sede da Casa de África.

A estatura de Amílcar

SC:O Cabral tinha esta posição de formado no vosso grupo...

MS: Não estava formado, estava a estudar.

SC: Digamos de cientista...

MS: Não, não, naquela altura não aparecia como cientista nenhum... aparecia como estudante de agronomia... mas só que ele, realmente, tinha um certo prestígio.

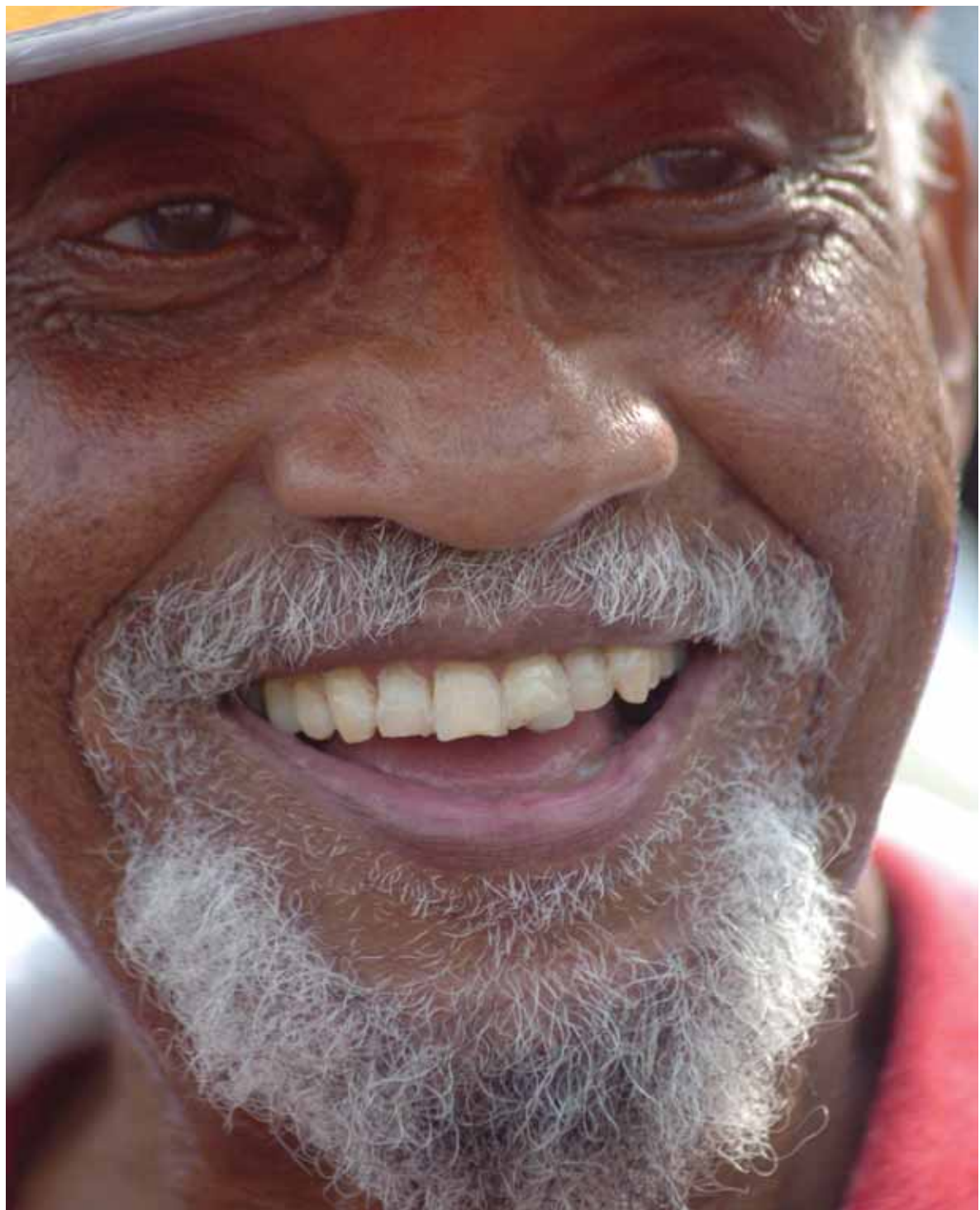
Na agronomia aconteceu uma coisa muito interessante com Amílcar Cabral...

Havia sempre aquela coisa que Amílcar sentia como sendo comportamentos racistas, posicionamentos racistas, expressões ou maneiras de falar que davam a entender certo paternalismo, se não mesmo uma tentativa de aparecer como superior, mesmo se fosse qualquer coisa que viesse de dentro sem ser racionalizada... mas havia essa maneira de ser ... o que mostra bem que a coisa estava mesmo no sangue.

Uma vez Amílcar cansou-se ou, como a gente diz, chateou-se! Ele disse assim «bom vamos lá fazer uma coisa. Vocês param de falar disto e daquilo sobre o africano e vocês vão propor o tema que quiserem e vamos discutir. E vamos ver qual de nós é que vai realmente falar melhor sobre esse tema. Então uma dama colega dele disse: «Mas, oh Amílcar tu não és preto, tu és engenheiro!»

Portanto, Amílcar Cabral tinha este prestígio, de brilhante como estudante, brilhante no trabalho político no seio da Casa dos Estudantes do Império e tudo o resto que nós dizia respeito. Era brilhante no futebol, ele era ponta esquerda, bom jogador de futebol. Havia lá uns camaradas angolanos que também eram titulares, o Fernando Vaz era grande guarda-redes (O Fernando Vaz fez aqui atletismo, correu os 100 metros e salto em altura). De modo que esses eram titulares e eu era por ali de vez em quando titular mas o facto é que nas viagens que fazíamos para aqui e para ali eu também ia. Às vezes “ficava no banco” como se diz hoje.

Mas chega um momento em que se decide, bom esta coisa aqui... Portugal já não dá nada, devia ser aí 1950. Mondlane estava de passagem, ficou



Naïla Issene

Marcelino dos Santos

lá uns meses em Lisboa, Noémia de Sousa já lá estava....

SC: Segundo Mário de Andrade me contou, o Mondlane não se aproxima muito de vocês...

MS: Não, não. Ele vem à Casa do Império mas ele vivia em Algés ou não sei onde. Ele estava com gente de religião, os presbiterianos...

Então por volta de 1950 decide-se que “isto aqui não dá”, é fascismo, a gente não tem a possibilidade de falar para o mundo, quem poder partir que parta!

FG: Mas isso foi decidido numa reunião?

MS: Decidido não... as nossas reuniões era também estarmos assim e falarmos “a gente a partir de agora”... pronto! Decidiu-se que quem pudesse partir que partia.

Calhou que eu tive uma querela com o assistente da cadeira de matemática

no Instituto Superior Técnico. Quando cheguei a Lisboa aquele ano de 47 não pude fazer o exame de admissão, porque o barco que devia levar-me daqui e a outros para Lisboa, foi obrigado a ir para Timor com soldados.

Então quando voltou já era tarde... só apanhei a 9 de Setembro de 1947 e levei 26 dias para chegar a Lisboa. A 5 de Outubro, quando o barco chegou, já os exames tinham terminado. Então a única coisa que fiz foi calcorrear as estradas e fui para uma explicação, aliás, foi um professor que me permitiu entrar e fazer o 1º. ano do Instituto Industrial à vontade com 17, 18 e por aí fora, mas o 2º. ano já foi bem mais difícil.

Ao fim de 2 anos de Instituto Industrial passei para o Instituto Superior Técnico. Estava no 1º. ano de electrotécnica. E, no fim do ano, fomos fazer os exames e chegou o tempo do exame de matemática. Foi então que

que era muito artista grita e eu grito mais alto do que ele: “O senhor aqui não toca, acabou pronto!”. E eu disse “se você tocar eu não faço mais a prova e vou fazer um depoimento aqui”, Aquilo, se calhar na mente dele passou, ele não quer porque tem cábulas... Eu nunca usei cábulas, nunca cabulei, nunca tive necessidade.

Então achei que aquilo era um grande insulto, mas então utilizei a coisa para fazer um texto político cujo princípio era este: Se vocês nos consideram elites como é que vocês querem que nos comportemos perante as outras gerações, se vocês nos habituaram a não confiar, que mundo é este que vocês querem que a gente construa, então foi isso que eu fui dizer lá.

Mas o facto é que a partir dali ele não revistou mais ninguém, voltou para a sua cadeira. Ele julgava que gritando havia de me amedrontar. Mas eu vi que fisicamente não era assim muito mais forte para me fazer qualquer coisa, eu podia sempre ripostar, eu não ia tomar a iniciativa mas se ele quisesse jogar à pancada eu jogava, naquela altura não tinha problema nenhum de fazer isso, tanto mais que seria em legítima defesa não é? O facto é que ele voltou para a cadeira e eu quando lhe fui entregar o ponto, cheguei, parei e olhei para ele... “Sr. professor onde posso pôr a prova?” Ele não respondeu, e eu deixei ficar ali e fui-me embora.

O salto para França

SC:Mas já ia para França com missão...

MS: Sim, para fazer o barulho fora. Como é que ia fazer? Eu teria que me desenrascar.

A Associação dos Estudantes do Ensino Superior Técnico ainda quis fazer barulho mas eu disse olha: eu vou sair não vale a pena fazer muito barulho, eu vou sair. O professor José Henrique Arandes, uma semana depois mandou-me informar e pediu para eu ir lá falar com ele, que se eu quisesse podia ir fazer a prova e eu disse a ele “olha a decisão foi tomada de que eu devo partir” e agradecei.

Apreciei bastante aquele gesto dele mas, só muito mais tarde, depois da independência aqui em Moçambique, é que eu falei uma vez com o professor Laginha Serafim, que vinha cá muito, era um pouco ligado com aquele também (Edgar Cardoso)... estava no mesmo campo daquele que fez as pontes lá sobre Tete e o Save, e ele então explicou que José Henrique Arandes fazia parte da juventude lá ligado ao Partido (comunista), e que o seu envio para aqui tinha sido, numa certa medida, uma punição. E que naturalmente depois de ele voltar para Portugal... Mas depois, com o tempo, foi-se distanciando do partido. Mas portanto foi esse posiciona-

mento dele que o levou depois de ler aquilo que eu escrevi para ele, a me chamar. E eu tive pena de nunca mais conseguir falar com ele. Na altura... apreciei mas não fui capaz de deduzir que ele era membro do partido.

SC: O reencontro com Amílcar Cabral?

MS: Sim, depois naturalmente nas andanças da política, porque ele se forma e volta para Guiné Bissau...

FG: E quando ele foi para Guiné Bissau o camarada Marcelino estava em Paris...

MS: Foi em 51 que eu parto com uma camarada de São Tomé, Guilherme do Espírito Santo. Quem nos levou de carro foi o Dr. Amélio Ferreira, para quem já ouviu esse nome, angolano quase branco ... estava casado, levou-nos com esposa para a França via Espanha, no Volkswagen dele, facilitou-nos a vida...

Quando eu saio a 5 Outubro de 1951, passámos por Madrid depois fomos para a França e chegamos num fim de tarde de um dia (que já não me recordo) a Grenoble, porque o destino era o Instituto Politécnico de Grenoble. Ali falámos com alguém que decidiu tomar iniciativa e foi chamar quem? Aquino de Bragança! Obviamente falando português quem pode tratar deste caso, só pode ser o Aquino de Bragança. Então, foi desde então que ficámos juntos com o Aquino, em 1951.

Guiné-Cabo Verde

SC: Mas Amílcar Cabral chegou a dizer alguma vez o porquê dessa decisão de juntar Guiné e Cabo Verde nessa altura logo?

MS: Sim, para poder utilizar os quadros em particular, primeiro pela ligação histórica existente. Mas mesmo essa maneira de ser, não era ao nível dos povos obviamente, era a nível dos quadros de Cabo Verde que vinham para Guiné Bissau, e foi assim que se foi forjando. E quando apareceu a ideia ... quando se desenvolve o processo da Luta da Libertação Nacional, apareceu como uma saída com a utilização máxima dos quadros de Cabo Verde na Guiné Bissau! Foi essa essencialmente a razão. Primeiro na história dos dois países, já havia os cabo-verdianos que vinham... mas os movimentos eram sempre mais nessa direcção, Cabo Verde, Guiné e certamente muito pouco Guiné... Cabo Verde. Era como se fazia aqui, muitos goeses vieram para aqui, como responsáveis disto, responsáveis daquilo, mas os moçambicanos nunca foram dirigir nada em Goa... é esse mesmo fenómeno.

A história era própria e a história fez nascer a ideia de se unir... aproveitando os quadros cabo-verdianos, porque tinham muito cabo-verdianos a estudar em Lisboa, gente com formação como se vê até hoje.

João Mendes

SC: Portanto nessa altura perde contacto directo com.....

MS: Com todos!

SC: Com todos.... e quanto a Amílcar Cabral?

MS: Sim! Mas não paro com contacto político ... perco apenas este contacto físico. Então entramos na FAENF (Federação dos Estudantes da África Negra em França). Ligamo-nos com o Partido Comunista francês, através da juventude do Partido Comunista Francês.

Na Guiné Bissau Amílcar trabalha com uma senhora chamada Pomba Guerra, que tinha estado aqui, e que nos anos 49 tinha sido presa juntamente com Sobral de Campos, Beirão, irmão deste Beirão que foi ministro mais outros, e o João Mendes.

E todos são presos aqui como sendo comunistas, e que eram na prática. Mas era preciso dizer naquela altura mentira, mentira e depois os advogados ou os juizes aqui vieram dizer ao governador, “oiça lá, essa gente se vai ao tribunal, vai passar, vai ser absolvida porque não há matéria”. Então o governador, usando das prerrogativas que tinham os governadores coloniais, decidiu que eles deviam ser enviados para serem julgados em Portugal. O João Mendes teve cerca de 300 moçambicanos a quererem testemunhar por ele, entre eles o Mário Wilson, eu e outros, a tal ponto o número era grande que o tribunal limitou os testemunhos a 150. Escreviamos bilhetes, “João Mendes é um camarada branco que está aí”, ele era o único branco que entrava no centro associativo dos negros, na associação africana e nos naturais da colónia.

Associações que havia aqui em Moçambique, resultado da discriminação que a sociedade impunha. Uma para os naturais de Moçambique que eram brancos, outra que era a associação africana para os mulatos e outra que era Centro associativo dos negros que era para os negros e os assimilados. Os indígenas, paciência não tinham clube. Então estão a ver... o João Mendes era esse indivíduo, lembram-se um dos poemas da Noémia diz “poema do João”...

SC: João Mendes era familiar do poeta Orlando Mendes...

MS: Sim, sim. É bom saber que nesse processo, nos anos 50, quando estávamos a querer estabelecer ligações com Moçambique para ver se conseguíamos fazer uma organização política, João Mendes veio aqui clandestinamente.

FG: Saiu de Portugal...

MS: Saiu de França. Organizámos e ele veio clandestinamente a Moçambique, mas infelizmente só pôde ficar 3 dias e não deu nada, não conseguiu falar com aqueles que devia falar. Portanto a atmosfera era esta. Em Angola a efervescência já es-

tava a levar para a constituição de formações políticas como em Cabo Verde. Em Moçambique andávamos a tactear, a tactear... é nessas circunstâncias que João Mendes veio a Moçambique para ver se é capaz de fazer qualquer coisa.

Conseguimos um passaporte falso, já nem sei quem fez o passaporte, se o Partido Comunista Francês ou se o Partido Comunista Português não sei.

Mas o ponto era este, já estava tudo a ficar politizado... então decidimos formar uma organização. E o ponto fundamental é este, pela primeira vez a gente ia-se apresentar politicamente ao mundo. Até então éramos estudantes e jovens... e isto é em 57 quando a gente forma o Movimento Anti Colonialista (MAC).

Kwame Nkrumah

FG: Nessa altura Cabral já não está aí...

MS: Não... e quem participa é Lúcio Lara, Guilherme Espírito Santo, Mário de Andrade, Viriato da Cruz e eu.

E todo o trabalho é feito lá no meu quarto em Paris que aliás era uma estratégia. Mas o ponto é este: Pela primeira vez nós íamos publicamente apresentar-nos politicamente. E foi um grande passo nas mentes e no posicionamento. Entanto que Movimento Anti-Colonialista, trabalho, trabalho realmente não foi feito, mas teve esta carga política grande. Éramos membros individuais de todas as colónias portuguesas numa única instituição política, ainda não estávamos individualizados. A Noémia de Sousa creio que ainda estava em Paris... eles é que nos comandavam, nós éramos sempre instrumentos, mas é claro com pessoas como Lúcio Lara, Viriato da Cruz já dava um certo ar-caboço, e fizemos o documento que foi aceite em Lisboa.

Entretanto veio a tal conferência de Accra, 1957, mas notem que em 57 já o MPLA existia, mas não era ainda conhecido como tal, quer dizer ninguém sabia, eles sabiam mas eu, por exemplo, não sabia. Os angolanos sabiam que havia MPLA, os cabo-verdianos e guineenses sabiam que havia o PAIGC mas nós não sabíamos. É então nessa altura que tem lugar a conferência de Accra...

SC: Há discussões de vocês com Ben Bella sobre a estratégia com Nkrumah?

MS: O Nkrumah tem uma posição muito especial. A gente conversava com Nkrumah, mas, Nkrumah queria sempre pontificar. A primeira reunião que ele faz, eu já era secretário geral da CNCP, é depois de Abril de 61. (Foi a primeira vez que andei de primeira classe no avião. Mandam-me um bilhete de avião para fazer Rabat-Accra-Rabat na KLM).

Continua na pág. seguinte

Continuação da pág. anterior

Qual era a preocupação de Nkrumah nessa altura? Era que todos os partidos africanos se chamassem Peoples Congress of, porque ele era Pleoples Congress of Ghana. Então seria Pleoples Congress of Moçambique, Peoples Congress of isto, Peoples Congress of e eu era Secretário Geral da CNCP. Então naquela altura... de facto há situações (risos) Nessa reunião foi isso que aconteceu, e até os outros camaradas ... ANC, etc.,... porque nós não estávamos dispostos a mudar de nome só por causa do Peoples Congress. Então utilizamos o ANC como base e dissemos “Olha o ANC... Presidente Nkrumah, ANC esta aí, nasceu em 1912, tem história e vai mudar para Peoples Congress? O que é que ele vai ganhar com isso? O facto é que a conferência terminou ali... Mais tarde, já depois de formado o Comité de Libertação de África e daquelas querelas que houve com Tanzânia, (porque Kwame Nkrumah ficou ciumento por não ter a Sede do Comité de Libertação) Nkrumah propõe uma nova conferência dos Movimentos de Libertação. O que era preciso fazer na altura? Era preciso propor que o Gana ficasse o centro de recepção de todo o apoio aos movimentos de libertação nacional, apoio militar. Nós queríamos coisas, falaríamos com Nkrumah e Nkrumah falaria com os soviéticos, com todo o mundo... já tinha sido criado o Comité de Libertação, e ele então procederia.... receberia e distribuiria. Como era chefe de estado era preciso inventar uma maneira de... Então formulámos um contra-proposta, uma proposta mais completa que seria a seguinte: Vamos criar um Comité que terá o poder de decisão. O Nkrumah viu que ali estava completamente fora de questão. Quer dizer, os movimentos políticos na altura já tinham um desenvolvimento político e ideológico superior a esse chefe de estado.

Che Guevara

FG: Mudando de tema. Qual era o objectivo do Che Guevara nessas andanças... pela África?

MS: O objetivo dele era conhecer a situação e incentivar os Movimentos de Libertação de África.

SC: A ideia de criar um Movimento de Libertação que atacaria pelo ponto mais fraco, seria no Congo...portanto a teoria Guevarista.

MS: Não, a teoria Guevarista é bom entender... ele vinha com essa ideia, e vinha com intenção de fazer saber a várias gentes... mas eles conheciam o meu posicionamento político, ideológico. Queriam convencer-me a ir participar no Congo, a dirigir as forças congolezas, no Congo Kinshasa.

FG: As forças armadas congolezas?

MS: Sim! Isso em 65 quando ele vem lá a Dar es Salaam.

SC: Essa proposta foi feita a si?

MS: Sim!

FG: Camarada Marcelino falou mesmo com Che Guevara...

MS: Essa proposta foi-me trazida

pelos seus homens. Ele estava lá, ele falou connosco no nosso gabinete, recebido por Mondlane, em Dar es Salaam. Mas depois os seus homens vieram falar comigo para eu ir. Eu tive que explicar a eles que era preciso realmente... fazer uma luta de libertação, não é só uma coisa assim, tem muito de cultura também, a gente não faz mobilização de qualquer maneira, tem saber como fazer e se você não é de lá, você não vai ser capaz de mobilizar nada. Você não sabe como proceder para convencer alguém a fazer uma coisa.

E depois você tem que falar a língua deles... Eu não falava a língua deles. Então eu tive que explicar muito a eles.. não sei se alguma vez os convenci, mas na nossa maneira de ver as coisas, considerámos aquilo como amorismo, um pouco frágil.

FG: Então fizeram a proposta para que Marcelino deixasse a luta de Moçambique, para ir começar a luta lá.

SC: Segundo o que eu percebi todos os exércitos de libertação deviam parar para concentrar...

MS: Eles não falaram assim connosco. A mim falaram-me como pessoa e nunca no encontro que tivemos, que ele teve oficialmente lá na sede da FRELIMO, nunca falou deste ponto, este ponto foi falado à parte. Sim porque era necessário um certo sigilo? Para não desvendar o que é que ele andava a fazer.

SC: Agora, acontece que na Guiné -Bissau, já nessa altura, apesar de já separada do processo do Congo, há uma ligação com os cubanos... mas isso não acontece no lado de Moçambique, etc... portanto uma especulação que se faz é que Amílcar terá, digamos uma maneira simpática de ter dito ok, “tudo bem não vamos fazer isso, mas vocês podem participar na luta” e terá convencido que eles poderiam participar na guerrilha...

MS: Sim é possível, esse aspecto não conheci, mas os cubanos, alguns cubanos que estiveram lá, algumas aventuras que foram vividas por vocês. Agora a “Teoria do Foco” é outra coisa.

O marxismo e a pequena burguesia

FG : Eram discussões filosóficas em termos do Marxismo... da política...

MS: Nós não dizíamos Marxismo, Leninismo ...nós tínhamos uma visão revolucionária e popular daquilo que deviam ser os nossos países e daquilo que poderia ser África. Esta era a nossa visão do futuro... da nossa acção africana após a Independência. Falámos muitas vezes com Amílcar sobre isso.

Tivemos aqueles problemas do conflito sino-soviético em que o MPLA foi totalmente a favor dos soviéticos, Amílcar ficou assim mais inclinado aos soviéticos, e nós abertamente pelos dois.

Nós dissemos, as vossas querelas são as vossas querelas, nós sabemos o que queremos de vocês, sabemos o que queremos dos soviéticos. Portanto não temos problema ne-

nhum, nunca nos deixámos perfilhar por ninguém.

Mas, Amílcar pelas, pelos seus posicionamentos e os seus escritos, tornou-se depois também num líder de... para além da África e sobretudo isso aconteceu bastante com a tricontinental em 1966 em Havana em que ele ficou altamente destacado... era dos grandes nomes da conferência.

FG: Não se trata daquele discurso do suicídio da classe da pequena burguesia?

MS: A pequena burguesia não se suicida. Nós não concordámos, nós FRELIMO não concordamos, porque consideramos que nenhuma classe se suicida, pode ser suicida mas não suicidar-se, não se suicida. Mas o que é muito interessante é que essa expressão agradou muito a Fidel Castro. Mas nós não concordamos nada, ali mesmo... ora essa declaração foi feita em nome da CNCP, e nós tivemos que dizer que não concordávamos... mas é claro que o nosso protesto não foi muito longe.

FG : Mas o camarada Marcelino acha que Cabral se afirmava como Marxista?

MS: Sim.

FG : O camarada Marcelino também..

MS: Obviamente, e afirmo-me.

FG: E como e que se explica essa relação... o caso do posicionamento do camarada Marcelino e do próprio Amílcar Cabral na relação com Olof Palme nos anos 70?

MS: Bom, havia tudo num e noutro o encanto, a sedução necessária para serem grandes amigos, porque eram homens de grande abertura de espírito, homens com coragem, frontalidade e que estavam num mesmo combate, mesmo se um já era independente e o outro ainda não. Portanto o relacionamento de Amílcar Cabral com Olof Palme a forma como as coisas se operaram, absolutamente para quem os conhecia... absolutamente normal e natural. Olof Palme era um homem absolutamente aberto, sempre que nós íamos à Suécia ele recebia-nos. Ele era Ministro da Educação quando desfilou nas ruas de Estocolmo contra a guerra no Vietname, o que levou os americanos a fazerem um protesto, “mas como é que vocês andam aí... e os suecos disseram “você sabe aqui a democracia permite que mesmo um ministro possa manifestar-se a favor do Vietname contra o governo americano.”

Com Paulo VI

FG: E como foi em Roma encontrarem-se com o Papa?

MS: Aí os italianos agiram muito bem, primeiro a conferência internacional de solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, isso foi um facto de grande alcance histórico, toda Itália estava unida no apoio, todos os movimentos políticos, mesmo a Democracia Cristã, o Partido Socialista, o Social Democrata, o Partido Comunista, todo o mundo, a juventude, a OMM de lá, os sindicatos.

Depois há uma senhora, muito fina, muito alta, Marcela Glicenti, mu-

lher de um grande industrial, ela dava-se muito às letras e tinha uma livraria.

Ela conheceu perfeitamente Amílcar Cabral e foi capaz, como era daquele mesmo meio, convencer aquela gente ali no Vaticano, de que era válido receber-nos já que toda Itália estava a favor, o Vaticano também se devia aliar. O Vaticano não teve nenhuma objeção, o que nos deu a entender a nós que o Vaticano também encontrou uma porta fácil por onde afirmar a sua condenação do colonialismo português.

Portugal quis contar muitas histórias, insurgiu-se etc., mas o Vaticano disse bem claro que estava consciente do que estava a fazer. E foi quando fomos recebidos pelo Papa, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e eu!

Cumprimentámos o Papa, mas quem falou foi o Amílcar.

SC: E a questão das lideranças?

MS: As coisas aconteceram assim muito naturalmente, muito cedo Amílcar Cabral e Neto apareceram como os líderes... mais tarde

aparece o Mondlane. Mas neste grupo assim era Amílcar Cabral e Neto, um pouquinho mais tarde e talvez porque Amílcar Cabral não chega às independências, a figura de Neto a sobrepôr-se a todos. Mas isso resulta da vivência das coisas que são feitas durante 1 dia, 2 dias, 100 dias, 1000 dias em que se sente que é. Por exemplo Neto, quando ele chegava, sentia-se que era chefe. Da mesma maneira que Samora, muito cedo, dentro de nós foi sentido como chefe.

As pessoas ficam muito admiradas que dizem, porque é que Mondlane... “quando Mondlane morreu porque não tomaste tu Marcelino a liderança”, e eu disse, porque o Samora é que era chefe. Aqui tem um ponto muito importante e que as pessoas não se dão conta... em tempo de guerra, quem assume a guerra fica mesmo chefe e Samora Machel é que estava lá.

**texto editado a partir do material gentilmente cedido pelos realizadores. Título e entretítulos da responsabilidade do SAVANA.*

A atenção das nossas academias

Esta entrevista sempre ressuou na minha memória como fundamental para uma discussão que, acho, nunca foi devidamente realizada em África ou no mundo e que é importantíssima para se compreender o processo das guerras de libertação.

Três linhas teóricas sobre o modelo de luta a adoptar em África ressaltam das declarações de Marcelino:

A Teoria do Foco, protagonizada por CHE GUEVARA que basicamente defendia que os guerrilheiros se deveriam unir independentemente da sua origem nacional e combater onde o “capitalismo estaria mais fraco”. Isso que o traz a África onde os cubanos acabam por ter uma participação com os guerrilheiros então liderados por Kabila (pai) e onde os movimentos de libertação das colónias portuguesas se recusam a participar.

Depois, o **Panafricanismo**, protagonizado por Nkruma, onde se defende a ideia de uma conjugação estreita de forças mas subordinada a uma linha comum (modelo que acaba por ser ensaiado pelos agrupamentos regionais onde se discute sempre a sensível linha de subordinação (Daí a ideia de que todos os movimentos se deveriam chamar Peoples Congress of (País em causa)

Finalmente é do extremo oriente e particularmente de Giap no Vietname que aparece a teoria da **Sublevação popular armada** em que a guerra se afirma como extensão da política e a participação do povo se assume como fundamental. E também que esta só é possível com a existência de uma retaguarda segura como, no caso do Vietname terá sido o Vietname do Norte e no nosso caso, a Tanzânia e a Zâmbia. Como depois nós teremos sido do Zimbábue e da África do Sul. E é esta que, a nosso ver, vem a ser adaptada pelos movimentos guerrilheiros das ex-colónias portuguesas.

Depois das teorias da guerra, de Lenine e de Mao, com duas guerras mundiais pelo meio, o modelo teórico que os diversos movimentos assumem continua, a constituir um grande debate internacional (Vide Afeganistão). Giap dizia que não há uma formula e que cada País deveria encontrar as suas próprias saídas. Regis Debray é o mais famoso teorizador desta problemática e são famosos os seus textos e análises. Mas Marcelino dos Santos foi, depois de Aquino Bragança um dos homens que esteve no centro desse debate e na frente da luta, que participou nessas discussões e terá sido um dos últimos (senão o último) testemunho vivo participante desse processo. À atenção das nossas academias...



CONCURSO

O Programa Mundial para Alimentação (PMA) das Nações Unidas, tem a honra de informar à V. Excia(s) que está aberto um concurso para a venda 47.79 toneladas de óleo vegetal decalarado impróprio para o consumo humano e próprio para ser utilizado como matéria prima para a fabricação de sabão.

O produto poderá ser visito nos armazéns do PMA em Maputo, sito no Bairro do Hanhane, Parcela 501, Rua Zaida Chongo de Segunda a Quinta-Feira a partir das 8 horas até as 16:30 e na Sexta-feira a partir das 8 horas até as 13:30 horas.

As empresas interessadas poderão submeter as suas propostas para o seguinte endereço electrónico: wfp.maputo@wfp.org até as 10 horas do dia 10 de Março de 2020.



TENDER

The United Nations World Food Program (WFP) has the honour to inform you that a tender is open for the sale of 47.79 tons of vegetable oil unfit for human consumption and fit as raw material for soap manufacturing.

You can see the product at WFP Maputo warehouses, located in Bairro do Hanhane, Parcela 501, Rua Zaida Chongo, from Monday to Thursday (from 8 AM to 4:30 PM) and on Friday (from 8 AM to 13:30 PM).

Interested companies can submit their proposals to the following email address: wfp.maputo@wfp.org until 10 AM on 10th March 2020.



PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Programa Mundial para Alimentação (PMA) das Nações Unidas, está a actualizar a sua base de dados de provedores de serviços.

Companhias oficialmente registadas em Moçambique são convidadas a enviar cartas de “Manifestação de Interesse” para os seguintes serviços:

- 1. Transporte Rodoviário interno
- 2. Transporte Rodoviário regional
- 3. Agentes Transitários
- 4. Manuseamento
- 5. Fumigação (armazéns: bens alimentares e não alimentares)
- 6. Armazenamento

Os envelopes fechados com a referência **WFP/SUPPLY CHAIN/SHORTLIST/001/02/20** devem ser enviados para o seguinte endereço:

PMA Moçambique
Av. do Zimbabwe, 1302
Maputo

Ou através do Fax: +258 – 21485244, ou ainda para o correio electrónico: maputo.logistics@wfp.org

As manifestações de interesse devem ser submetidas até as **23:59 horas (Hora Local de Moçambique) do dia 10 de Março de 2020**.
As companhias seleccionadas receberão um questionário que deverá ser devidamente preenchido e submetido, ao PMA até as **10:00 horas (hora local), do dia 27 de Março de 2020**, anexando todos os documentos indicados no questionário
Este anúncio **não é concurso, daí que não são aqui solicitadas as taxas de cobrança pelos serviços.**



REQUEST FOR EXPRESSION OF INTEREST

The United Nations World Food Programme (WFP) is updating the Logistics shortlists.

Companies officially registered in Mozambique are invited to send letters of “Expression of Interest” for the following services:

- 1. Road Transport – Inland
- 2. Road Transport – Hinterland
- 3. Clearing & Forwarding Agents
- 4. Handling
- 5. Fumigation (warehouses: food and non-food)
- 6. Warehousing/ Storage

The closed envelopes with the reference **WFP/SUPPLY CHAIN/SHORTLIST/001/02/20** should be sent to the following address:

WFP Mozambique
Av. do Zimbabwe, 1302
Maputo

Or through Fax: +258 – 21485244, or to the following email address: maputo.logistics@wfp.org

The applications shouldbe submitted by **23:59 hours (Moz local time), 10th March 2020**.
The selected companies will receive a questionnaire to be dully filled and submitted to WFP by **10:00 hours (Moz local time), 27th March 2020**, attaching the requested supporting documentation on the questionnaire.
This announcement is **not a tender. Thus, NO services charging rates are hereby requested.**

EDITORIAL

Quando maltratada, a natureza se torna no maior inimigo da humanidade

Anualmente, o período que vai de Janeiro a Março é dramático para muitas partes do país. Com chuvas intensas nas regiões centro e norte, e moderadas no sul, o saldo é geralmente uma onda de destruição e de luto para muitas famílias moçambicanas. Rios galgam as margens e, por vezes, com a sua fúria arrastando pontes e outro tipo de infraestruturas públicas.

Em algumas das principais cidades do país, a situação torna-se tão catastrófica, levando famílias a perderem todos os seus bens, acumulados ao longo de anos, e não raras vezes com muito sacrifício. A meio da noite, pessoas despertam para se verem rodeadas de água, com o único lugar seguro sendo o topo de uma mesa, se o pior não acontecer. O drama de pessoas presas nas suas casas inundadas tornou-se uma realidade recorrente.

Esses são os relatos dramáticos que chegam de cidades importantes como Beira, Maputo, Matola, Nampula, Pemba, Quelimane e Xai-Xai. Há outros pontos do país também assolados por estas intempéries, mas que nunca chegam a ser notícia de destaque.

Mas apesar destas tragédias estarem associadas à natureza, o facto que se torna irrefutável é que elas são mais obra da ação humana do que necessariamente resultado de algo que esteja fora do nosso controlo. É a forma brutal e insensível com que o ser humano interage com a natureza que se torna determinante para a intensidade da violência com que estes desastres naturais ciclicamente se manifestam. Ironicamente, lidamos violentamente com a natureza de tal forma que com isso contribuímos a para o nosso próprio extermínio.

Infelizmente, não é apenas a forma violenta como em Moçambique se lida com a natureza o principal problema. A indiferença, e por vezes até actos criminosos de omissão ou de comissão por parte de alguns dirigentes do Estado a vários níveis, são os principais factores que contribuem grandemente para os inestimáveis danos causados por fenómenos naturais. Uma ponte que desde que foi construída há mais de meio século nunca beneficiou de acções de manutenção dificilmente poderá resistir a um dilúvio. Quando nas várias zonas residenciais na periferia dos principais centros urbanos as respectivas autoridades permitem a edificação de infraestruturas em pontos que desde sempre foram tradicionais cursos de água, é óbvio que esta irá manter-se estagnada depois de algum período chuvoso, provocando charcos que são o *habitat* predilecto para mosquitos que provocam a malária, para além de outras doenças associadas.

A gestão de espaços, sobretudo ao nível das principais cidades, tem sido caracterizada por um ambiente de anarquia total, sem observância das mais elementares regras de urbanização e de delimitação de espaços em função dos fins a que eles se destinam. Os rápidos e desorganizados assentamentos humanos ultrapassam a capacidade dos gestores urbanos para uma planificação adequada sobre o uso de espaços. Alguns bairros das cidades moçambicanas simplesmente não oferecem condições para uma vida humana saudável. Tudo isto acontece com a cumplicidade tácita ou de omissão por parte das autoridades locais, que muitas vezes parecem indiferentes ao cumprimento das mesmas obrigações para as quais se terão oferecido como candidatos a gestores autárquicos ou municipais. A falta de uma governação criteriosa e de um diálogo permanente entre os gestores e o povo significa que ninguém é responsabilizado pelo que acontece, contribuindo de sobremaneira para exacerbar um problema de existência humana que vai se tornando cada vez mais insustentável.

Há casos bizarros de autoridades municipais que assinam documentos de autorização para a edificação de infraestruturas em espaços originalmente concebidos para fins públicos, numa clara atitude de despreocupação ou mesmo como resultado de actos de corrupção. Nas cidades moçambicanas, tudo quanto é espaço livre é candidato ao surgimento de uma estrutura de betão, não importa o potencial de tal empreendimento interferir com o ecossistema. Praticamente já não existem espaços verdes, onde a flora possa exercer o seu papel de mitigação dos efeitos da ação da natureza. Campos de jogos transformaram-se em condomínios, e leitos de rios em locais de habitação.

Tudo isto resulta nos fenómenos a que somos dados a assistir em momentos que sejam mesmo de pouca chuva, numa demonstração clara de uma extraordinária cultura de incúria, premiada com a impunidade, e nos casos mais gritantes, até com a promoção dos dirigentes responsáveis por esta anarquia. E vezes sem conta, se fala de falta de dinheiro para fazer o melhor, mas o que na verdade falta mesmo é algum sentido de pensamento crítico, de organização e de planificação.

Há uma mudança de pensamento, de atitude e de actuação que se impõe para que os fenómenos naturais não se traduzam em fatalidades. Mas isso requer que aqueles a quem está a confiada a responsabilidade de gestão das questões urbanas e afins o façam de forma criteriosa e assumindo que na interação do homem com a natureza, há limites que uma vez ultrapassados a tornam no maior inimigo da humanidade.

Cartoon



POR ANTÓNIO CABRITA



Pensar

Onormal é pensar dentro da caixa, i.é, dos “limites” que nos restringem, os quais – no melhor dos casos – funcionam como obstáculos que nos excitam e suscitam a necessidade de ultrapassá-los; mais comumente conformam-nos a nunca forçar os horizontes – ou seja, a deixar de pensar. De Fichte a Bataille, de Hegel a Lacan é do que nos advertem os filósofos.

Portanto, à partida estamos situados dentro da caixa em que a nossa cultura guardou os instrumentos que nos autoriza ou nos veda o pensamento. Nascemos condicionados. E não se trata apenas da forma como pensamos mas igualmente do que enxergamos naquilo que vemos, porque, é sabido, é a mente que comanda o que os olhos querem ver.

Os esquimós vêem 23 tonalidades de branco. Havia uma tribo da África Central, informa-nos Mircea Eliade na *História das Religiões*, que via as estrelas em pleno dia. Nenhum destes povos têm um aparelho óptico diferente do nosso, pelo que também poderíamos desenvolver aquelas aptidões. Não temos é a mesma necessidade, para sobreviver, de desenvolver a acuidade visual.

A semana passada um americano idiota, Michael Hughes, morreu durante uma tentativa de demonstrar que a Terra é plana. Com o patrocínio de várias empresas, Hughes, conhecido como “Mad Mike”, construiu um foguete movido a vapor, no seu jardim, com a ajuda de um amigo (hoje os amigos valem-nos em tudo, até constroem-nos foguetes, basta consultarem a net).

Em declarações à imprensa, disse que o seu objectivo era subir 1.500 metros acima do nível do mar para demonstrar que a Terra não é redonda, mas teria, antes, “a forma de um disco voador”.

Discordo de Mike, eu apostaria no formato da pera-rocha. Ou no das orelhas

do defunto Vasco Pulido Valente, um historiador e cronista português que era considerado um verdadeiro radar e cuja morte, também esta semana, comoveu meio país. Mas continuemos. Achei, sobretudo, estranhíssimo o final do artigo, onde se lê: «Este lançamento sempre foi um sonho e o Science Channel estava lá para contar a história», declarou o canal norte-americano, que filmava o evento para uma nova série com o título “Homemade Astronauts” (“Astronautas amadores”). Science Channel? Parece-me um canal onde vale tudo, todo o tipo de sensacionalismo.

O nosso querido Mike sofria de dois males: o de má-fé quanto ao conhecimento que o mundo lhe poderia oferecer, daí que só aceitasse a “prova” que ele próprio engendraria; e o duma enorme incapacidade de aprendizagem, pois contrapunha às evidências o “modelo abstracto” que a cultura de terraplanistas em que se integrara lhe cristalizara no cérebro. O Mike fugia da realidade como o diabo foge da cruz.

E por isso é um bom exemplo do perigo em que as “nossas” culturas nos podem fazer cair. O que é a cultura? O mais das vezes é o aparato com que determinadas forças colectivas organizam respostas. É um mecanismo de defesa e o seu problema maior é que vão deixando de elaborar perguntas. A caixa onde subjazem as condições de possibilidade do pensamento de cada tipo de cultura tende a viciar os seus instrumentos para que respondam de um só modo, unidimensionalmente. Ora, como na maior parte dos casos não passamos de câmaras de eco, paguemos o que nos foi transmitido, e muito raramente pensamos. Pensar é uma raridade.

Para começarmos a pensar temos primeiro de perceber que os instrumentos com que a nossa cultura nos dotou para a suposta faculdade de pensar es-

tão viciados para dar resultados x o y, invariavelmente.

Por exemplo, o idioma chinês não tem o verbo ser. À partida o perímetro da dimensão territorial do que seja “eu” em confronto com a esfera “colectiva” é mais curto do que aquele que é normal entre americanos ou alemães, por exemplo. A noção de individualismo ou do que seja permissível na liberdade individual tem aí um pávio mais curto. Será um povo mais facilmente domesticável para as ditaduras e a coisa começa gramaticalmente, na impossibilidade prática de dizer eu sou. Quem o garante é um sinólogo, o Francois Jullien, não invento nada.

Só quem em confronto com outras línguas dá conta da omissão do verbo “ser” na sua língua é que pode começar a buscar modos de expressão para a sua irredutível singularidade. Quem só falar chinês não terá a mesma consciência disso.

Só depois da consciência dos limites dos instrumentos que estão dentro da caixa que nos formatou para a eventualidade de traduzirmos a complexidade do mundo é que começamos a querer sair da caixa.

A primeira tentação, se dela saímos, até para não nos sentirmos desabrigados, é querer levar os instrumentos que estavam na caixa connosco. O que se mostra um erro, pois fora da caixa a escala da realidade é muito diferente e as lentes que tínhamos para ler a realidade mostram-se insuficientes. Isto só se resolve indo buscar outros instrumentos a outras caixas que não são a nossa, pois, se cada cultura desenvolve um tipo de caixa, padece da mesma insuficiência, só lê a realidade de um prisma. Ora, para começar a pensar é preciso ler a realidade de vários prismas e nos níveis diferentes que ela oferece.

Quando alguém me diz, eu sou africano e mais nada, ou eu sou europeu e mais nada, etc., parece-me que não estou só diante de um tolo, estou diante de um amputado. Já não tenho é pena.

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RR/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naita Ussene
Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73
Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100
Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(franciscocarmona@mediacoop.co.mz)

Redacção:
Raúl Senda, Arginaldo Nhampossa e
Armando Nhamumbo

Fotografia:
Naita Ussene (editor)
e Illec Vilanculos

Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,
Ivone Soares, Luís Guevane, João Mosca,

Paulo Mubalo (Desporto) e
Venâncio Calisto (Cultura).
Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Arão (Inhambane)

Maquetização:
Auscêncio Machavane e
Hermenegildo Timana.

Revisão
E.P.
Publicidade
Benvida Tamele (82 3171100)
(benvida.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)
Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)
Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A
Telefone: (+258) 82 / 843171100
savana@mediacoop.co.mz
Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

O impacto do empréstimo chinês sobre o consumidor da televisão digital em Moçambique (Concl.)

Por Celestino Joanguete*

Investimento chinês na TMT

A Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT) é a operadora de rede nacional da televisão moçambicana responsável pela transmissão e distribuição do sinal digital da televisão. À luz da Estratégia de Migração Digital, o processo de migração digital, sob a gestão da TMT, comportaria duas fases de investimentos: a primeira no valor de 90 milhões de dólares, compreendendo a migração em 19 centros emissores da Televisão de Moçambique, TVM (38 milhões de dólares); a digitalização da TVM (40 milhões de dólares) e da Rádio Moçambique, RM (12 milhões de dólares). A segunda fase, investiria-se 133 milhões de dólares, para a migração de 24 centros emissores da TVM (30 milhões de dólares); aquisição de 1 200 000 Set-Top-Boxes no valor de 73 milhões de dólares e construção do novo Centro de Produção da TVM e de dois estúdios da RM no valor de 30 milhões de dólares.

Para a implementação da primeira fase, o governo assinou um memorando de entendimento, e posteriormente um contrato de financiamento, com o consórcio chinês *StarTimes Software Technology*, em Dezembro de 2013 e Abril de 2014, respectivamente, no valor total de US\$223 milhões, cobrindo as rubricas descritas acima.

Num processo de falta de transparência na adjudicação do concurso público para a seleção da empresa implementadora da digitalização da televisão, a *StarTimes*, que anteriormente tinha ganho o direito de o fazer sem concurso público, voltou a vencer o segundo concurso. O Governo assinou, em Fevereiro de 2016, um novo contrato, no valor reduzido de US\$156 milhões com o *Exim Bank* da China, com uma taxa de juros de 2,0%, por um período de 20 anos, compreendendo a instalação da rede, aquisição dos *Set Top Boxes* (STB) e a construção e digitalização dos estúdios da TVM e a construção de um edifício novo da TMT.

Uma quantia extraordinária de US\$156 milhões coloca uma

pressão significativa na TMT para gerar lucros, quando o processo de implantação da televisão digital estiver concluído. O que isto significa? Simplesmente, os nossos operadores de televisão privados serão obrigados a pagar uma taxa de transporte dos seus sinais de televisão nos valores que variam entre US\$2 500 na cidade de Maputo a US\$1 500 nas restantes capitais provinciais. Estes valores ainda não foram aprovados para permitir aos operadores de TV planearem antepadadamente os seus investimentos. E, finalmente, o consumidor final será cobrado pelos serviços de subscrição aos canais da TMT. Estes custos, eventualmente, irão eliminar efectivamente a televisão de acesso gratuito em Moçambique.

A actual oferta “gratuita” dos canais da televisão da TMT para seu novo produto de TDT enquadra-se na estratégia que transita dos produtos “Free-mium” para “Premium”, isto é, dos canais de livre acesso aos canais pagos, que no futuro não serão mais canais gratuitos. Os assinantes involuntários que assinam contratos de TMT hoje podem ter que pagar gradualmente taxas até ao preço do mercado, cujos recursos serão canalizados para o pagamento do empréstimo.

Na região sul de Moçambique, o processo de digitalização já foi concluído em Dezembro de 2019. Como uma operadora pode permitir que os provedores de serviços usem gratuitamente a sua rede, e permitir que os espectadores assistam aos canais de sua rede também a título gratuito, e ainda encontrar os fundos para pagar um empréstimo enorme? Esse dinheiro tem que vir de algum lugar. A receita de publicidade, a fonte tradicional de receita dos canais de televisão a cabo e de televisão por satélite, simplesmente não será suficiente. Mas como isso pode acontecer? Os consumidores dos canais da televisão da TMT precisam olhar para o resto da África para ver como o banco chinês, *Exim Bank*, está a acumular um histórico de concessão de empréstimos que acabam por prejudicar as economias dos

seus países. A China está a destacar-se em África como uma *soft* potência colonial. Este país asiático está a fazer incursões nas economias dos países pobres e tirar de forma subtil os recursos ou dinheiro dos africanos, tornando os povos totalmente dependentes do seu poderio económico.

A lógica de sobrevivência da China baseia-se nos princípios capitalistas de captura primitiva da riqueza dos pobres, através da diplomacia económica *soft*. Eles capturam os países pobres que precisam de ajuda, como Moçambique. Emprestam dinheiro em troca de investimento em megaprojectos, como por exemplo, o apoio financeiro para a TMT implementar a rede da televisão digital. Em seguida, garantem que haja emprego e envolvimento directo das empresas chinesas nesse projeto.

É assim que a China está obtendo acesso aos mercados africanos. Eles estão a penetrar nos mercados frágeis, porque sabem que estes países pobres estão desesperados para terem essa ajuda, desde infra-estruturas, pontes, estradas e tecnologias para suportar a transição digital.

Vejamos alguns exemplos de captura primitiva da economia dos media africanos: na Tanzânia, a *StarMedia* é uma *joint venture* entre a *StarTimes* e a *Tanzania Broadcasting Corporation*. A parceria foi fundada em 2009 e, nos últimos 10 anos, a *StarTimes* bloqueou efectivamente todos os canais de livre acesso de serem veiculados em qualquer outra rede, excepto a própria.

Na Zâmbia, a emissora estatal, *Zambia National Broadcasting Corporation* (ZNBC), é detida e controlada em 60% pela *StarTimes* e está sobrecarregada com uma dívida que o governo zambiano nunca poderá pagar. Além do facto de os consumidores estarem expostos a mais conteúdo chinês e menos conteúdo local, essa pretensão chinesa teme-se que a *StarTimes* assuma efectivamente o controlo da rede de televisão pública do país.

A *StarTimes* detém 70% da emissora nacional da Nigéria, a *Nigerian Television Authori-*

ty. Essa *joint venture* enfrentou muitas crises ao longo dos anos, devido a más práticas de emprego e falhou em fornecer a migração digital nacional que se propunha a fazer originalmente.

Em 2007, a *StarTimes* conseguiu canibalizar a licença de televisão digital da empresa estatal ruandesa. No ano seguinte, a *StarTimes* lançou a plataforma de televisão digital de Ruanda oferecendo aos assinantes mais de 30 canais por US\$3 a US\$ 5 por mês, incluindo quatro canais chineses da principal emissora estatal da China continental. Quando surgiram contratos para desligar as redes analógicas do governo e torná-las digitais, a *StarTimes* era a única empresa com monopólio do mercado. A empresa argumentou que a tal posição deve-se ao facto de ela ser a companhia que tem experiência em países africanos e oferece preços muito baixos. Preocupações crescentes foram expressas em países como Uganda, Gana e Quênia sobre a gestão e a integridade das operações da *StarTimes*. Particularmente é preocupante o estreito relacionamento da empresa com o governo chinês, conhecido por buscar agressivamente incursões nos principais sectores de África, e seu aparente conflito de interesses em fornecer sinais de televisão digital, tecnologias e o conteúdo dessas novas plataformas digitais.

Surgiram preocupações em vários outros países do continente onde a *StarTimes* está representada em parceria com emissoras públicas, de que o futuro autónomo de sectores inteiros do mercado e, consequentemente, de economias inteiras está em jogo.

Duas conclusões nos levam a esta reflexão: por um lado, poderia-se argumentar que a aproximação da China em África tem a componente de cooperação que a diferencia da histórica cooperação predatória com o Ocidente colonial; por outro, os chineses não só estão a repetir o modelo neocolonial, mas também estão dotando-o de características ainda mais negativas, ao acrescentar a corrupção como um elemento ha-

bitual nas negociações de ambas as partes e ao não colocar em prática a *soft power* entre ajuda e democracia.

Quanto mais a empresa chinesa *StarTimes* investe no sector dos média em África, mais profundo é o domínio de seu mercado no continente e mais cresce a canibalização de Pequim sobre a comunicação social do sector público (sobretudo na radiodifusão) em África. Essa concorrência desleal levada a cabo pela *StarTimes*, com protecção dos governos com quem acumula contratos, ao mercado de provedores de serviços da televisão por satélite e a cabo vão perdendo a sua presença, num espaço que precisa de pluralismo mediático e de concorrência saudável.

Enquanto os operadores privados da televisão aderem aos serviços de multiplexação e transmissão da TMT, mais peso do custo dos serviços da TMT recaem sobre o consumidor e as possíveis consequências negativas da *StarTimes* monopolizar todo o ecossistema de redes de provedores de televisão em Moçambique. Portanto, é necessário que o Estado intervenha na regulação do mercado para combater à transformação dos serviços públicos da radiodifusão em actividades comerciais geradoras de lucros fabulosos à custa da população pobre.

É vital que as instituições reguladoras do sector da comunicação social em Moçambique sejam fortalecidas de modo a que sejam capazes de impedir a prática das políticas predatórias da *StarTimes* em Moçambique, e actuem para proteger a integridade dos serviços públicos da radiodifusão e do sistema de telecomunicações do país. Desta forma, seria possível evitar a ganância comercial da China em converter as dívidas em recursos naturais por explorar ou sobrecarregando o cidadão com taxas e custos desnecessários.

* Consultor e Investigador dos Media Digitais



Quando os abutres voam em círculo

Dela se podia dizer o que o Wazimbo diz numa das suas canções, dirigindo-se a uma jovem de hábitos licenciosos: *Ao anoitecer eis a lua que ilumina todas as tascas, uma a uma.*

A caminho dos quarenta anos, Ilda Djamaldine era, na verdade, uma pessoa a quem se poderia aplicar aquela sentença de modo muito justo.

E não era só lua. Ela era também o sol que de dia iluminava e aquecia as tertúlias boémias da clientela do snake bar o escondidinho, também, conhecido como o clube dos nove. Ali na fronteira entre o Alto Maé e o Chamanculo.

Eram dois palmos e meio de gente num corpo ágil e atlético, cuja feminilidade era, sistematicamente, negada pela simplicidade com que o corpo se encontrava sempre embrulhado em saias ou em calções largos de Ganga, Caqui ou Bombazine, de sandálias ou sapatos ou sapatilhas de salto raso. Blusas aconchegadas mas sobre as quais, sempre pendurava um colete ou um plover curto, com jogos vários de fivelas.

A única coisa em que Ilda Djamaldine cedia a sua vaidade feminina era na forma caprichosa com que sempre tratava o seu cabelo. Eram penteados que não só variavam semana após semana, como também eram provocatórios e até mesmo insolentes. Ela dizia “Esta é minha única vaidade gente. E a outra é que perco muitas horas de noite antes de me deitar, afrente do espelho que tenho no quarto”.

Era, na verdade, um espelho que era mais que um espelho.

De forma oval, estava embutido numa armadura de Panga-panga, trabalhada, que um hábil carpinteiro artesão de Pebane tinha feito, a medida daquele vidro refletor, em que se poderia emoldurar, perfeitamente, o corpo inteiro de alguém adulto por mais alto ou obeso que fosse.

A Ilda Djamaldine era de verbo fácil e adorava fazer trocadilhos com palavras e frases, com tanta habilidade que desembaraçava-se com facilidade dos assédios a que se encontrava regularmente pelos imensos e inevitáveis D. Juan's e Casa Nova que pululam por lugares como era o clube dos nove. E, ela sempre na boa, de tal forma, que se desembaraçava com elegância e habilidade que, quase sempre, aqueles que assediavam acabam por ceder aos seus encantos e tornavam-se, simplesmente, seus fervorosos amigos.

De modo que, quando, naquela manhã ela chegou com notável atraso, todos que já tinham notado a sua ausência, lhe perguntaram o que se tinha passado.

Ela falou de forma inusitadamente, sombria e de mau agouro “Acho que estou quase a morrer gente” disse ela. “Vire essa boca pra lá Ildinha, isso não se diz. O que te leva a pensar nisso?”

Aconteceu uma coisa estranha nessa manhã. Eu estava na paragem do chapá quando alguém distraído ou não veio embalado e passou com a sua carinha, rente, ao lugar onde eu estava,

fora da estrada, e bateu-me, violentamente na face, com o espelho retrovisor, do seu lado esquerdo.

“Ah! disse alguém. Mas isso não tem nada de extraordinário Ildinha.”

Tem. Porque em condições normais, com a violência daquele toque eu teria caído, mas mantive-me firme, no mesmo lugar. E não só, o safado do motorista parece que nem reparou nisso, não afrouxou, não parou, pelo contrário, acelerou mais”.

“Mas Ilda, o que isso tem de especial?”

Tem porque, na verdade gente, eu ando a alimentar uma dívida com a minha mãe, já a bastante tempo. O espelho que eu tenho em casa, e a frente do qual eu passo horas infundadas, todas as noites, antes de adormecer, é, na verdade, uma relíquia que a minha mãe me ofereceu, que guardava como seu. Ela trouxe de Pebane, quando conheceu o meu Pai, que era um marinheiro pescador da Inhaca que a levou de lá, para fazer vida de família com ela cá, em Lourenço Marques, no bairro de Micadjuine.

Quando eu lhe comuniquéi aos 18 anos que eu pretendia levar a minha vida de adulta a solo e de modo independente, numa casa minha, alugada no bairro do Choupal, onde vivo até agora ela disse: “Toma o meu espelho de prenda Ildinha mas nunca te esqueças de mim. Uma vez por ano deverás vir visitar-me e oferecer-me ou um lenço ou uma capulana.

Eu cumpro isso gente, enquanto ela esteve viva mas depois que ela morreu comecei a desleixar-me, e a verdade é que já a sete ou a oito anos que não vou visitar a campa dela, e última-

mente tem me acontecido sonhar com ela quase todas as noites, ela em silêncio a olhar para mim, simplesmente, de olhos molhados em lágrimas.

E, não sei por quê, sempre que penso em ir visitar a campa dela dá-me uma preguiça terrível. Mas estou cada vez mais preocupada com isso. “Bebe-lá um copo Ilda e deixa-te de histórias, estás a nos pôr todos tristes com essa tua tristeza, sabes que tu és o sol e a lua que iluminam as nossas tertúlias. Alegra-te para que a tua alegria faça a nossa também.”

Ela cedeu e de modo genuíno ou não tornou-se mais alegre e tudo passou. Passaram-se dias, semanas e tudo estava já esquecido. Naquele fim de manhã de Sexta-feira, quando já ninguém esperava que ela aparecesse, contra tudo que seria de normal, alguém veio com a notícia: “A Ildinha está morta”.

Ela tinha, com efeito, sido apanhada no seu quarto, em frente ao espelho, sentada no seu banco pessoal, na mão direita tinha uma imensa tesoura com a qual via-se claramente, tinha passado, grande parte da noite, a cortar o seu cabelo em grandes tiras, que se encontravam espalhados pelo chão.

Por cima das tiras de cabelo, estava a foto de uma mulher dos seus setenta ou oitenta anos, de cabelo branco, o corpo envolto num jogo de capulanas garridas. Era, claramente, a Zulfa mãe da Ildinha.

Tinha cobrado a sua dívida: os mortos não se regem por preceitos de amizade ou parentesco.

SACO AZUL

Por Luís Guevane

Democracia: recuos e avanços

A imperfeição da democracia, no quadro da sua complexidade como conceito, esteve sempre e continuará a estar alicerçada à sua respectiva estrutura jurídica, independentemente do questionamento que esta possa atrair. A busca da verdade sobre as escolhas feitas pelo eleitorado, mal ou bem apuradas, contestando ou não o carácter retumbante, coloca ou tem colocado várias leituras sobre a fiabilidade dos dados eleitos como finais e rotulados como verdadeiros. Entretanto, são estes mesmos dados oficializados que, agregados a tantos outros indicadores (funcionamento do governo, liberdades civis, e outros) categorizam o País, situando-o numa ou outra posição no ranking de democracia. Era suposto que Moçambique melhorasse a sua posição no ranking de democracia, tendo em conta os pleitos eleitorais já realizados e os Acordos de Paz assinados. Os dados revelam exac-

tamente o contrário: de 2008 a esta parte o País regrediu.

Em 2008, no ranking de democracia produzido pelo The Economist Intelligence Unit (EIU), de um total de 167 países avaliados, Moçambique (92º lugar) era tido como País de “democracia imperfeita”. Políticos e demagogos olhavam para a questão da representatividade não como um fim em si, mas como um produto a ser vendido ao Ocidente. A qualidade de liberdade de escolha, encaixada nos padrões de legalidade, até podia ser questionada. Mas, pressupondo uma determinada interpretação que pode não colher consensos a mesma ganharia o seu valor. Uma óptima qualidade dessa liberdade remeter-nos-ia, por exemplo, a um processo eleitoral cuja lisura fosse inquestionável; onde a dignidade dos que comandam o processo derivasse do reconhecido mérito em termos de imparcialidade e isenção. Se isso tivesse acontecido o relatório da União Europeia sobre o Outubro eleitoral teria sido outro.

Pouco tempo depois de Moçambique ter estado no grupo de países de “democracia imperfeita”, caiu, em 2011 (100º lugar), para a categoria de “regime híbrido” e, em 2019 (120º lugar) foi categorizado como “regime autoritário”, juntamente com Angola (119º lugar) e Guiné-Bissau (148º). Não conseguiu manter-se na categoria “democracia imperfeita” ou passar para a “democracia plena”, simplesmente resvalou de “híbrido” para “autoritário”. Democracias da categoria “regimes autoritários” têm como alicerce o seu carácter ditatorial. Em Moçambique, em tempos não muito recuados da história recente, experimentamos a dita “ditadura do proletariado”. A arte de imitar estava bem presente nas elites de então. Hoje de que ditadura podemos falar? A separação de poderes é “coisa” boa quando aplicada “de facto”. Entretanto, só fica bem no discurso político, sobretudo para venda ao Ocidente. O caso “dívidas ocultas” tarda em produzir esclarecimentos. Espera-se que de fora transpire algo de significativo. Os envolvidos continuam

guardados. Provavelmente, na situação de “banho-maria” em que se encontram, estejam à procura do conteúdo que melhor corporiza o conceito “Estado de direito” democrático. Enquanto isso, o FMI vai construindo a imagem de um rapaz que pretende devolver o brinquedo ao menino chorão para que este pare de incomodar. Quando as notícias sobre o “Chang” tomam as conversas, em simultâneo, os carros blindados ocupam coercivamente as esquinas da cidade e da mente popular. A palavra “responsabilização” quase que foge do léxico académico. Na rua os carros das sirenes fluem, acompanhando a urgência pela “responsabilização”, porque é preciso combater a corrupção e recuperar os dois bis.

Cá entre nós: é possível melhorar a posição no ranking de democracia, desde que o poder resida no povo. Temos tudo para regressar à “democracia imperfeita” com o coração na “democracia plena”.



ÚNICO SAÚDE
PARTICULARES

O SEGURO DE SAÚDE
PARA SI E PARA A
SUA FAMÍLIA NUM
CARTÃO ÚNICO
MUDA TUDO.



Um seguro de saúde com a solução adequada para o proteger a si e à sua família muda mesmo tudo. Com o Cartão Único Saúde tenha acesso aos serviços médicos de referência e a uma vasta rede de hospitais e clínicas privadas, quer em Moçambique quer fora do país. Sentir-se assim seguro é único.

Fale connosco e escolha a melhor protecção de saúde para si.

Para mais detalhes informe-se em:

www.bancounico.co.mz

Membro do Grupo  **NEDBANK**

Uma parceria Banco Único e Fidelidade.



FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

UNICO
Ser único muda tudo

Termos e Condições Aplicáveis.

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Este seguro é um produto da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. - Não Vida.

Simulação Prática: Único Saúde Plus – Idade tomador do seguro: 25 anos | Prémio total anual*: MZN 68.932,30 | Único Saúde Premium – Idade tomador do seguro: 25 anos | Prémio total anual*: MZN 149.354,64 | Validade da Campanha: até 31/07/2020

*Com possibilidade de fraccionamento semestral.

Augusto Dhlamine diz que a Liga Nacional de Futebol Feminino é uma instituição legal mas....

“Sempre nos colocaram cascas de banana”

Por Paulo Mubalo

O Presidente da Liga Nacional de Futebol Feminino (LNFF), Augusto Benedito Dhlamine, diz esperar um bom relacionamento com a actual direcção da Federação Moçambicana de Futebol (FMF), encabeçada por Feizal Sidat, depois de, num passado recente, as coisas não terem corrido de feição. Assevera que como resultado da conversa mantida com o actual elenco, já se vislumbra uma luz no fundo do túnel, o que equivale dizer que deixará de haver “confrontação” entre as duas instituições em relação a quem compete organizar o campeonato nacional. Mas Dhlamine quer mais: mais competição e competitividade e, acima de tudo, que o futebol feminino torne uma modalidade prioritária, já que se provou que o sector feminino domina em várias modalidades.

A seguir os excertos da conversa.

Quais são as atribuições da LNFF?

- A Liga Nacional de Futebol Feminino gere apenas a alta competição, concretamente o campeonato nacional.

Num passado não muito distante foi reportado caso de desentendimento entre a LNFF e a FMF. Exactamente o que se passou?

- Bem, o que se passou foi que, de repente, nós verificamos que estávamos a ser considerados como enteados e não como filhos, não obstante termos cumprido todos os trâmites normais da legalização do nosso organismo. Houve desavenças porque em algum momento este grupo que sempre dirigiu a liga feminina sempre ficou em segundo plano. Aliás, é um facto que estamos num país culturalmente machista, em termos culturais, pois o homem está em primeiro lugar e a mulher em segundo, e isso influencia na forma de estar do desporto moçambicano, e particularmente no futebol, uma modalidade que se diz ser só para homens. Foi isso que aconteceu: algumas elites masculinas não aceitam o facto de uma mulher estar a jogar futebol.

O fim da controvérsia

A LNFF não estranha o facto de FMF também organizar o seu campeonato?

- Apesar de a LNFF ter sido criada com a anuência da federação, com o objectivo de se posicionar à frente de todas as actividades que tem a ver com o futebol feminino, principalmente as ligadas a alta competição, ou seja, gerir o campeonato nacional, a realidade foi diferente. Isto porque na altura em que se estava prestes para se assinar o memorando de entendimento ficamos admirados quando tal não se concretizou e depois andamos a ouvir muitas pessoas que punham em causa a sua legalidade. Diziam



Augusto Dhlamine, premiando as vencedoras da edição passada da LNFF

que a liga não era legal, mas nunca fundamentavam.

Estão, para Augusto Dhlamine a liga é legal?

- A liga é legal, e possui toda a documentação que a confere como tal e um dos documentos que serviu de suporte para a sua legalização foi mesmo adquirido na própria federação, no outro elenco de Feizal Sidat, uma vez que ele já dirigiu a FMF antes da entrada de Alberto Simango Júnior.

Como caracteriza, neste momento, a articulação entre a LNFF e outras instituições, incluindo a própria FMF?

- Estamos para ver, até porque no fim da campanha do actual presidente da FMF tivemos dois encontros de harmonização. Quanto à articulação com outras instituições, tenho a dizer que arrancou, há dias, o campeonato nacional o qual, em princípio deveria ter sido realizado o ano passado, mas não aconteceu porque alguns parceiros tradicionais não puderam nos apoiar. Como não podíamos ficar parados tivemos que nos reinventar para conseguirmos outros parceiros e por causa disso não pudemos arrancar à tempo. A prova estava agendada para Novembro, adiámos para Dezembro, depois passou para Janeiro, mas só agora

é que arrancar, concretamente na próxima semana. Já mantivemos uma conversa com a federação, mas esta disse-nos que não se responsabilizava por esta prova que estamos a realizar, pois é correspondente a época 2019, altura em que aquele organismo era dirigido por Alberto Simango Júnior. A edição 2020, a sétima, vai ser feita em coordenação com a FMF, isso tendo como base a conversa que mantivemos com os gestores da federação recentemente eleita.

Está a dizer que já não haverá dois organismos a “lutarem” por organizar o mesmo tipo de prova?

- Já fizemos a primeira parte daquilo que em termos organizativos a prova vai ser, e acreditamos que a mesma será única e não duas como até aqui acontece. Vai ser bom, mas o nosso objectivo não é impedir que haja mais provas, tem de haver mais provas de futebol feminino. Temos a Lurdes Mutola que está a abraçar uma prova de meninas que saem do Bebec, dos 13, 14 e 15 anos. Quando a menina sair de lá, era bom que ela passasse por uma prova intermediária que não fosse, exactamente, a alta competição. Então é preciso que haja uma prova intermediária, mas na nossa óptica essa mesma prova seria um outro escalão. Estamos a falar dos

sub- 18 , e podia ser uma prova efectuada de modo a acomodar todas as equipas que estão a principiar e que não estão em condições de ir para a alta competição.

Falou de alguns patrocinadores que abandonaram o vosso projecto. Quem são, exactamente?

- Não estamos em altura de anunciar porque não cumpriram com os compromissos assumidos, não estamos interessados em promover nomes de pessoas que não apoiaram a modalidade. Mas temos outros parceiros que oportunamente iremos anunciar os seus nomes, sendo que neste momento estamos a fazer os últimos acertos. Esses, sim, seus nomes serão tornados públicos .

Bobos da festa

No último nacional realizado em Niassa aconteceram coisas muito estranhas, como o facto de algumas equipas terem chegado a realizar dois jogos num único dia...

- De facto isto aconteceu, mas os próprios clubes é que nos solicitaram, porque a prova teria de terminar no fim de Janeiro, ou seja, nos princípios de Fevereiro, altura em que se estaria próximo do início do ano lectivo. Os próprios clubes solicitaram à liga para reformular os dias de jogos de modo a que cada equipa realizasse, pelo menos, uma vez, dois jogos no mesmo dia, mas em períodos diferentes.

Mas se tratou de uma estratégia para minimizar os custos decorrentes do alojamento e alimentação?

- De maneira nenhuma, até porque os custos já lá estavam. Foi mesmo a pedido das equipas, principalmente das que vinham de longe. A prova foi um pouco difícil porque o transporte foi o terrestre, também porque tivemos três a cinco jogos que não foram realizados no período previsto devido a chuva, uma vez que em Lichinga chove frequentemente em Janeiro. Mas também ficamos muito admirados quando ouvimos muito alarmismo, pois isso também já aconteceu em outras provas, já aconteceu no futebol feminino, em provas organizadas pela própria federação. Já aconteceu uma situação de uma equipa sair de Maputo para Quelimane e chegar lá, sair do carro directamente para o campo para realizar uma partida, mas não queremos justificar algumas inconveniências por cópia dos outros.

Como é que o presidente avalia o nível do futebol feminino no país?

- Está muito em baixo. Temos uma prova que se chama de recreativa, mas que é mais evoluída , temos outras provas organizadas a nível provincial que estão mais ou menos evoluídas e temos um topo que não está sincronizado com a base, e o resultado é termos uma selecção à maneira, como dizem, e o resultado são as goleadas.

Também temos pouca competição, a própria LNFF tenta fazer competição, mas é lhe colocada várias cascas de banana. Portanto, está muito em baixo o futebol feminino. Vamos ver agora com o novo elenco da FMF, mas os outros dirigentes não estavam interessados com a evolução do futebol feminino. Já tivemos um futebol feminino bom no país, já tivemos uma época boa de futebol feminino, quando estávamos em cima, comparativamente a alguns países da região. Já tivemos uma selecção saída do bairro que defrontou e venceu o Zimbabwe, que derrotou a África do Sul. Nessa altura a antiga Suazilândia , actual eSwatini, não tinha equipa para nos enfrentar, mas , actualmente Moçambique virou bobo da festa.

Quais são os desafios da LNFF ?

- Passam por potenciar o futebol feminino, fazendo com que seja uma das modalidades prioritárias. Temos que consciencializar a sociedade moçambicana de que é importante o futebol feminino, porque é uma das partes do desporto onde Moçambique melhor se pode fazer representar. Nós temos o basquete, o atletismo, a vela e canoagem, o vôlei, o ténis e outras modalidades, onde a componente feminina faz muito sucesso, e sentimos que há potencial no futebol feminino para se seguir as mesmas pegadas. A nossa luta passa pela valorização do futebol feminino e termos uma prova muito competitiva. Quando falamos da LNFF esta já é uma marca e toda a gente quer vê-la. Então, não queremos que haja pessoas que fiquem contra o futebol feminino.

Que tem a dizer da sexta edição da LNFF?

-Serão movimentadas oito equipas e a prova será disputada em duas fases, na primeira elas jogarão entre regiões, sendo que cada uma vai realizar jogos na região da outra, conforme a proximidade, ao que seguirá a segunda fase. O transporte e o alojamento estão acautelados, mas ainda estamos receptivos a possíveis ajudas. Temos troços em que se circula via terrestre, mas temos outros em que a situação não ajuda, e, infelizmente, essa situação vai encarecer ainda mais a prova, vai-nos colocar na corda bamba. De resto, a situação financeira da LNFF não está boa, e apesar de termos um parceiro que vai nos apoiar agora, continuamos à espera de propostas de ajuda de outros parceiros. A realização, em pleno, da prova custa 25 milhões de meticais, mas nós sempre fazemos com números possíveis. Mas pensamos que todos juntos podemos fazer muito mais, daí que há que juntarmos sinergias e trabalharmos para colocar o futebol feminino a níveis bons e não continuarmos a ser os fraquinhos.

Eu
Longo.Alcance17@hotmail.com

Federação de Desporto Motorizado

Começarei por “desmontar” como merece, o Bruno Campos. Tenho algum pejo em chamar-lhe senhor. Prefiro chamar-lhe indivíduo. Pessoa que conheci há uns anitos e... quanto mais o conheço, mais gosto dos animais.

Vejam só quem ele é!. Quando em função no ATCM, após o início das fundações para a construção do Game, o mestre d’obras disse-me que não conhecia o mercado e precisava de segurança durante a construção, porque estavam a roubar-lhes material. Naturalmente que havendo um sócio do ATCM que tinha uma empresa de segurança e era piloto também, aconselhei o mencionado mestre d’obras a contactar o tal de Bruno. Posteriormente, fizeram o acordo e passei a ver uma força de segurança a fazer a proteção às obras, aonde mais tarde iria aparecer o tão importante para a Cidade de Maputo e país, o Game e posteriormente o BAÍA MALL.

Qual é o meu espanto, quando umas semanas depois ao chegar e, a mando do Bruno, tinha um segurança da sua empresa a guardar-me a casa!... falei com ele, dizendo que: Preferiria os cães a qualquer contra-partida pelo negócio que ele tinha feito. Assim foi! Passados mais ou menos 2 anos, pediu a minha ajuda para cobrar cerca de 2.000,000,00 de Meticais que os donos da obra do Game estavam-lhe a dever... mas que já tinham pago outro tanto. Isto há cerca de 15 anos...

Obviamente, disse-lhe que não era cobrador. Ele que resolvesse da melhor maneira, essa cobrança mal parada.

Entretanto, sei que posteriormente foi tudo pago!

Aceitei o seu voluntariado para ajudar a fazer os regulamentos das provas do Karting. Será bom que se diga, que ele foi prosperando na venda dos Karts que se vendiam no mercado. No voluntariado na feitura dos regulamentos, puxava a “brasa à sua sardinha”! Muitas vezes tivemos algumas discórdias. Acabou por ir montar um Clube para fazer concorrência ao ATCM. Pois, a ambição dele era ser: Piloto, Dirigente e Vendedor das várias classes e marcas de Karts!!! Aí, não teria lugar no ATCM, que era um clube estruturado!!!

Fruto desses regulamentos aprovados, houve um pai esquizofrénico e posteriormente a mãe, d’um piloto que n’um prazo de 2 anos obrigaram-me a ir como réu, a uns 3 ou 4 julgamentos ...! Alguns dos quais o Bruno ora acusava ou era testemunha!

Note-se que os ditos regulamentos foram aprovados pelos Pilotos!!!

O ponto de discórdia, era que no fim do campeonato, os resultados passariam por todos os Pilotos terem de prescindir para a classificação final, d’uma prova a exemplo do que se fazia na R.S.A já que tanto nós íamos lá competir, como eles vinham cá.

Para meu espanto, nas sessões do julgamento, ele perante um esforçado Juiz completamente desconhecedor da matéria, disse que nos tais regulamentos feitos também com a sua mão, “estavam errados”!...

Entretanto, montou o seu Clube ... e até hoje nunca respeitou o estatuto que o ATCM tinha de ASN da FIA a nível Nacional e Internacional, nunca! O pior é que foi coadjuvado por alguns membros da Direcção actual e do seu Presidente!...

Como se tudo isto não bastasse, foi autorizado pela Direcção cessante a alugar uma Boxe por 10.000,00 meticais mensais, a única existente, em frente à bancada no Autódromo e até hoje, está a dever ao ATCM, clube que ele exige que se filie na referida Federação, mais de 1.000,000,00 de Meticais, sem contar com os juros de demora!

Ainda há mais algumas coisitas que poderia mencionar sobre o seu comportamento fora do país, sobretudo na noite antes das provas, mas para não espalhar-me... prefiro não entrar naquilo que poderia ser indigno d’uma pessoa com pretensões a ser o Boss do Desporto Motorizado no país, carente de verdadeiras referências no Desporto.

Este é o perfil da criatura que o nosso Governo deu posse, como Presidente da Federação do Desporto Motorizado no país.

Isto, já para não mencionar uma carta que ele e um tal António Pereira fizeram chegar à FIA, em que me acusavam de ser racista. Quando o clube a que pertenciam não tinha nenhum piloto negro a competir!!!!

Porque trago a público estas questões da falta de perfil d’esta criatura? Pura e simplesmente por que se passeia nas instalações do ATCM, mas não apareceu, na A.G que estava para acontecer no passado dia 18 e aí iria ouvir-me. Para terminar, farei um apelo para que o Bruno não se esconda no movimento Associativo e vá como sócio do ATCM às Assembleias Gerais do Clube para justificar também, como é que um Presidente da Federação do Desporto Motorizado possa aparecer publicamente como porta-voz do Moçambique Motor Sport?

A não ser que o senhor Albazine, Director Nacional dos Desportos, o saiba!?...

Leia se faz favor: O Edil da Matola, o Presidente Calisto, não deverá esmoecer e continuar o trabalho que está a desenvolver no “Pantanal” que havia na AV. Das Indústrias.

Agora, será só [...] continuar os trabalhos de beneficiação da famosa AV. Das Indústrias. É que acho que é a maior Avenida do país e está na Cidade da Matola!... Kanimanbo.

VENDE-SE

Uma propriedade (15 x 30), com casa tipo3, uma suíte e vedação, estrategicamente localizada, zona do Mercado Boquisso - Municipio da Matola.

Valor a negociar, sem intermediário
Contacte-nos + 258 82 0755690 / 84 4629155

Pós Graduação. 2020

Mestrado.
Direito Empresarial & Corporate Governance

Mestrado.
Ciências Jurídicas

Mestrado.
Direito Fiscal

Mestrado.
Pedagogia do Ensino Superior e Qualidade de Ensino

Mestrado.
Engenharia Informática

Mestrado.
Saúde Pública

MBA/Mestrado.
Gestão de Projectos

MBA/Mestrado.
Gestão de Empresas

MBA/Mestrado.
Gestão de Negócios de Petróleo e Gás

MBA/Mestrado.
Gestão de Sistemas Integrados em Qualidade, Ambiente e Segurança

Rua 1194 n°322 | Tel.: (+258) 84 093 1000 | info@isctem.ac.mz | isctem.ac.mz
Maputo – Moçambique

Denuncia males sociais

Por Lucas Muaga

“A greve dos mendigos”, uma obra clássica da literatura africana, da escritora senegalesa Aminata Sow Fall, ganhou um novo idioma, depois de ser traduzida para a língua portuguesa e inserida no mercado editorial moçambicano, pela editora Ethale Publishing.

É a segunda obra de literatura clássica africana, traduzida para língua portuguesa e publicada em Moçambique, pela editora *Ethale Publishing*, que decidiu embarcar na aventura de trazer, à pérola do Indico, os principais nomes da arena literária no continente africano e, por via disso, para o mundo lusófono.

Neste sentido, vale a pena abrir um parágrafo para recordar que, sob a chancela da *Ethale Publishing*, em Maputo, foi publicado, em 2018, o romance “Matigari”, do escritor e pedagogo queniano, *Ngugui wa Thiong’o*, várias vezes candidato ao prestigiado Nobel de Literatura. O Savana sabe que, em breve, a mesma editora vai trazer na língua portuguesa o romance “A morte e o Cavaleiro”, de Wole Soyinka, da Nigéria, um dos poucos escritores africanos que já levou o Nobel de literatura para casa, em 1986.

São vozes que igual a da Aminata Sow Fall destacam-se por trazer um posicionamento claro sobre como é que devem ser conduzidos os destinos africanos, fazendo uma crítica que, de certo modo, abandona o posicionamento eurocêntrico, sobre o subdesenvolvimento do continente

africano. Mas, pode ir-se por vezes, Aminata Sow Fall nasceu no Senegal, um país francófono, em 1941, praticamente, duas décadas antes da independência do seu país (1960), que a encontra ainda jovem e com tempo para perceber e ter um posicionamento crítico sobre os ventos da mudança.

Assim sendo, é factual que quando, em 1975, Moçambique proclama a sua independência, do sistema colonial português, o Senegal estava independente da ocupação francesa, há mais de três décadas, ainda que entre os dois países, possa haver algumas semelhanças no que respeita ao período pós-independência. Aliás, com “A greve dos mendigos”, Aminata Sow Fall usa a realidade do seu país, para criar um posicionamento claro sobre o continente africano, pelo menos, é o que pensam alguns críticos de literatura africana e é também esta a opinião de Ernesto Valoi, especialista em Filosofia Africana e docente da Universidade Rovuma, que faz o prefácio à edição em língua portuguesa.

Sendo um dos principais livros de literatura africana, “A greve dos mendigos” (1979) é o segundo livro da autora senegalesa, que se estreou três anos antes, quando, em 1976, publicou “*Le Revenant*”. A sua caminhada valeu grandes prémios literários, como é o caso do Alione Diope e do Grande Premio Literário da África Negra, com “A greve dos mendigos”, livro que, em 2000, foi adaptado ao cinema, pelo realizador *Cheik Oumar Cissoko*. Aminata é ainda honoris

causa por algumas universidades norte-americanas e vencedora do Grande Prémio da Francofonia (2015).

“A greve dos mendigos” foi escrito, originalmente, na língua francesa e denuncia males sociais de África, ao trazer à ribalta uma situação em que o Estado declara guerra contra os mendigos, sendo que o plano é expulsá-los da cidade, visto que são duramente tratados como “*descongestionamentos humanos*”.

Os mendigos, por sua vez, não chegam a mostrar grande resistência, aliás, é fazendo exactamente o que as autoridades desejam, que os mesmos procedem com a sua greve, num silêncio que rumoreja. Aminata Sow Fall desafia, nesta perspectiva, a solidariedade humana, ou seja, muitos dos que se dignam a oferecer algo aos mendigos, fazem-no para tirar disso algum proveito, quer para aparecer, quer para lograr uma vida bem-sucedida, visto que está-se diante de quem cumpre um dos mais importantes preceitos religiosos.

Aminata fala dos mendigos para representar as minorias, afinal, são estes a parte mais vulnerável e discriminada do enredo. Aliás, os males sociais, como a guerra, a fome, a doença, entre outros, têm mexido com a sensibilidade dos fazedores de arte, que acabam por retratá-la. É este sofrimento que ganha forma e acrescenta mais acha na fogueira. Até porque é preciso que a sociedade desperte. Assim, escrever, para Aminata, é um acto de cidadania, não sendo por acaso que reserva alguns

parágrafos para tentar explicar quem são, na verdade, estes mendigos, o que fazem na rua, como foram lá parar, como vivem, quais são os seus sonhos, as suas aspirações.

Do mesmo jeito que tenta trazer uma visão real do vem a ser, diga-se, esta classe social, a autora traz uma visão de como a sociedade em geral a encara, sem esquecer a nata política. Aliás, é assim que o romance começa, fazendo-os notícia, dizendo que, nas entrelinhas, “*ainda esta manhã o jornal falou deles; estes mendigos, estes alunos da escola corânica, estes leprosos, estes deficientes físicos, estes maltrapilhos...*”

É, de certo modo, um relato triste e chocante, que chega a recordar o velho pensamento segundo o qual, o suposto nacionalista era na verdade um invejoso que queria fazer ele mesmo o que o colono fazia e, como resultado deste sentimento, quando tomou o poder tornou-se tirano do seu próprio povo.

Está-se, portanto, diante de um livro “afro-centrado”, onde acredita-se que os problemas de África podem ser comuns e a sua solução pode estar dentro de si mesma, sendo necessário que o mesmo continente reencontre-se, pelo menos, é também este o pensamento trazido pelo especialista em Filosofia Africana, Ernesto Valoi, no prefácio à edição portuguesa d’A greve dos mendigos”.

“O mal da África encontra-se também dentro da África: a violação dos direitos humanos fundamentais em nome da ordem e purificação dos

espaços públicos, cujo quadro é vividamente retratado nesta ficção pelo varrimento dos mendigos para bem longe da cidade”, considera Ernesto Valoi.

Trata-se de um posicionamento reforçado pelo facto de serem acusados de sujar, permita-se, a sua própria cidade e comprometer a prática do turismo, ou seja, “*os ricos, sobretudo, começam a interessar-se pela beleza do nosso país. Tu sabes, antes, vinham para pilhar-nos; agora, vem cá descansar, procurando aqui a felicidade. Foi por isso que construímos hotéis, aldeamentos, e casinos para acolhe-los. Esses turistas despendem grandes somas de dinheiro...*”, lê-se no texto de Aminata.

Para concluir, importa referir que, N’A greve dos mendigos”, a escritora senegalesa, Aminata Sow Fall, aborda, nas entrelinhas, a condição da mulher, que acaba por estender-se para quase toda a África. As mulheres, escreve a autora, “*(...) interessam-se por coisas fúteis, coisas superficiais*”, sendo que elas necessitam de uma educação, que as faça mais responsáveis.

É neste sentido que a escritora, ainda que não se assuma feminista, denuncia uma sociedade machista, que tem na mulher um ser incapaz e um objecto de lazer e prazer, além disso, n’A greve dos mendigos”, Aminata discute assuntos sensíveis como a poligamia, chegando, uma personagem, estudante de ciências jurídicas, a propor o seu fim, porque segundo esta, “*é uma pratica que já não se justifica nos nossos tempos*”.



Anúncio

PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Programa Mundial para Alimentação (PMA) das Nações Unidas, está interessado em celebrar um contracto com empresas nacionais para Desenvolvimento de uma campanha de mudança de comportamento social para a nutrição.

Companhias oficialmente registadas em Moçambique são convidadas a enviar cartas de “Manifestação de Interesse”.

Os envelopes fechados com a referência WFP/PROCU/20NFI/001i devem ser enviados para o seguinte endereço:

PMA Moçambique
Av. do Zimbabwe, 1302
Maputo
Ou ainda através do correio electrónico:
mozambique.procrement@wfp.org

Os termos de referências deverão ser obtidos nos escritórios do PMA no endereço já indicado.

As manifestações de interesse devem ser submetidas até as 13:00 horas (Hora Local de Moçambique) do dia 20 de Março 2020

Este anuncio não é concurso, daí que não são aqui solicitadas as taxas de cobrança pelos serviços.



Recruitment Scams

ExxonMobil does not use recruiting or placement agencies that charge candidates an advance fee of any kind (e.g., placement fees, immigration processing fees, etc.). ExxonMobil will not issue visa letters, employment letters or any other confirmation of employment in or outside of Mozambique without prior interviews by ExxonMobil staff and direct contact being made between ExxonMobil staff and candidates. Unfortunately, we've been made aware of unauthorized individuals using the ExxonMobil name and logo in emails and on web sites in an attempt to solicit up-front fees from interested job-seekers.

The fraudulent job offers are typically sent via email and inform the targeted victim they either have been hired by the company or may obtain employment with the company, and for a fee (the amount varies from \$100 to as much as several thousand dollars). Victims are often asked to provide personal information, send fees via wire transfer, personal check or money, and to make travel arrangements for a fictitious prospective interview. Such offers and solicitations for candidates to pay fees and incur prospective employee costs are not made by ExxonMobil and are fraudulent.

Periodically, ExxonMobil engages recruiting and/or placement agencies to help us identify potential candidates for specific positions. If you are contacted by a legitimate recruiting or placement agency, there should be no cost to you, the job-seeker

Fraudes de Recrutamento

A ExxonMobil não utiliza agências de recrutamento ou de emprego que cobram taxas antecipadas de qualquer tipo (por exemplo, taxas de colocação, taxas de processamento de imigração, etc.) aos candidatos. A ExxonMobil não emite cartas para efeitos de vistos, cartas de emprego ou qualquer outro tipo de confirmação de emprego dentro ou fora de Moçambique sem que o candidato tenha antes passado por entrevistas com funcionários da ExxonMobil e sem que tenha havido algum contacto directo entre um funcionário da ExxonMobil e o candidato. Infelizmente, tomamos conhecimento de que pessoas não autorizadas, através de e-mails e em sites, fazem uso do nome e logotipo da ExxonMobil na tentativa de solicitar comissões antecipadas de candidatos à emprego.

As ofertas de trabalho fraudulentas são normalmente enviadas via e-mail e informam a vítima visada que foi contratada pela empresa ou pode obter emprego na empresa, pagando uma comissão (o valor varia de US \$ 100 à vários milhares de dólares). As vítimas são normalmente solicitadas a fornecer informações pessoais, enviar as comissões por transferência bancária, cheque pessoal ou dinheiro, e a fazer planos de viagem para uma potencial entrevista fictícia. Tais ofertas e solicitações para que os candidatos efectuem o pagamento de comissões e incorram em custos como futuros funcionários, não são feitas pela ExxonMobil e são fraudulentas.

Periodicamente, a ExxonMobil contrata agências de recrutamento e / ou emprego para ajudar a identificar potenciais candidatos para cargos específicos. Se você for contactado por uma agência de recrutamento ou colocação legítima, não há nenhum custo para si como candidato ao emprego.

De Umaro Sissoco Embaló na presidência da Guiné Bissau

CNE confirma vitória

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) da Guiné-Bissau confirmou esta terça-feira os resultados das eleições presidenciais e a vitória de Umaro Sissoco Embaló, tendo rejeitado as reclamações apresentadas pelo representante da candidatura de Domingos Simões Pereira.

CNE realizou nesta terça-feira mais uma sessão plenária, que durou cerca de oito horas, para cumprir o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que ordenava um novo apuramento nacional dos resultados.

“Na falta de consenso a nível do plenário, o secretariado-executivo da CNE delibera indeferida a pretensão do requerente”, refere-se na acta divulgada pela CNE, acrescentando-se que “não preenche os requisitos previstos na lei eleitoral” e que os fundamentos das reclamações “não têm matéria de direito”. O STJ da Guiné-Bissau ordenou à CNE que fizesse um novo apuramento nacional dos resultados após um recurso interposto pelo candidato apontado como derrotado, Domingos Simões Pereira, alegando fraude e irregularidades no processo.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CE-DEAO) ameaçou no sábado impor sanções a quem perturbasse o processo eleitoral e apelou ao diálogo entre a CNE e o STJ para resolver o contencioso eleitoral. Segundo o apuramento nacional da segunda volta das eleições presidenciais de 29 de Dezembro, Umaro Sissoco Embaló venceu o escrutínio com 53,55% dos votos, enquanto Domingos Simões Pereira obteve 46,45%.

Domingos Simões Pereira apresenta novo recurso

A candidatura de Domingos Simões Pereira à presidência da Guiné-Bissau apresentou novo recurso de contencioso eleitoral, depois de a Comissão Nacional de Eleições ter voltado a confirmar a vitória de Umaro Sissoco Embaló.

“Com uma série de irregularidades a começar desde logo pela ausência de actas de apuramento regional e além de outras irregularidades muito sérias e muito graves que de facto afectam o processo eleitoral na sua globalidade e nós esperávamos que a CNE tivesse a humildade de reconhecer estas falhas e voltar para trás e fazer as correções que se ajustassem aos casos”, afirmou Gabriel Umabano, advogado de Domingos Simões Pereira.

“Não foi esta a postura da CNE infelizmente e não nos resta outra alternativa que não seja recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça a pedir que ele próprio enquanto tribunal eleitoral julgue este comportamento da CNE, estas irregularidades”, adiantou.



Umaro Sissoco Embaló

Na acta da reunião consta um requerimento apresentado pela candidatura de Domingos Simões Pereira, no qual é referido que das “10 regiões eleitorais, apenas duas entregaram a actas de apuramento regional à CNE, a saber a região de Gabu e Bafatá” e que a acta de Bafatá faz “menção a protestos”, mas não inclui as decisões, nem os autores dos protestos.

A candidatura de Domingos Simões Pereira denunciou ainda outras irregularidades, incluindo que em 1.402 distritos eleitorais se verificaram discrepâncias entre os números de eleitores constantes no caderno eleitoral e as actas das mesas de voto, “discrepância que afeta 39.732 inscritos”.

Também aponta-se números de votantes superiores aos inscritos nos cadernos eleitorais, duplicação de chaves mapas definitivos das assembleias de voto, duplicação de actas, mesas de assembleias de voto sem actas, incluindo pessoas que não constam nos cadernos eleitorais, pessoas que utilizaram cartões que não lhes pertencem para votar, são outras das várias irregularidades denunciadas.

Para a candidatura de Domingos Simões Pereira, as irregularidades indicadas e o “longo atraso para a realização do apuramento nacional impõem à CNE a obrigação de ordenar a recontagem dos votos e a elaboração das actas respectivas, procedendo-se de seguida ao apuramento nacional de forma ininterrupta”.

“Nós vamos apresentar as irregularidades uma a uma e vamos mostrar a nossa leitura jurídica do problema em todas as suas dimensões e vamos concluir a pedir ao Supremo Tribunal que avalie pela recontagem ou pela anulação do processo eleitoral, mas isso já é um juízo que o próprio tribunal vai

fazer”, afirmou o advogado.

Segundo o advogado, o recurso de contencioso eleitoral deverá ser apresentado quarta-feira.

Governo guineense reunido com chefias militares em Conselho de Defesa

O primeiro-ministro guineense, Aristides Gomes e alguns membros do Governo reuniram-se, esta quarta-feira, com as chefias militares, disseram à Lusa fontes governamentais, que sublinham tratar-se de uma reunião do Conselho de Defesa Nacional.

O Governo pretende perceber se as Forças Armadas vão ou não participar naquela cerimónia, que o primeiro-ministro considera ilegal caso venha a acontecer, observou a fonte.

À saída da reunião, que decorreu no Ministério da Defesa, em Bissau, o general Malam Cassamá, porta-voz do encontro, disse tratar-se “da continuação de discussões” com o Governo sobre a criação de normas para o funcionamento do conselho.

O general negou que a reunião tenha debatido qualquer assunto de índole política.

Na reunião do Conselho de Defesa Nacional guineense estiveram presentes, além do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Biague Na Ntan, e dos chefes dos ramos, o primeiro-ministro, Aristides Gomes e os ministros da Defesa (Luís de Melo), do Interior (Juliano Fernandes), das Finanças (Geraldo Martins) e da Justiça (Ruth Monteiro).

Simões Pereira acusa Senegal de querer impor Presidente à força

Domingos Simões Pereira acusou o chefe de Estado do Senegal de querer impor à força na Guiné-Bissau o Presidente que ele apoia, tal como fez na Gâmbia.

Em declarações aos jornalistas, em Luanda, após uma audiência com o Presidente angolano, João Lourenço, nesta quarta-feira, Simões Pereira referiu que o Presidente senegalês, Macky Sall, “assumiu num ‘tweet’ pessoal que a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental deveria mobilizar as forças para impor o Presidente que ele acha que devia ser colocado na Guiné-Bissau, a exemplo do que já tinha feito na Gâmbia”.

“A Guiné-Bissau é um Estado soberano, independente, a proclamação da independência da Guiné-Bissau custou vidas e é importante que todo o mundo compreenda que os guineenses não vão permitir que um Presidente lhe seja imposto, que não corresponda àquilo que é a vontade do povo guineense”, afirmou o candidato apontado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) como derrotado nas eleições.

Domingos Simões Pereira, também presidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), referiu que há outros interesses por detrás do contencioso eleitoral” e que “a questão que se está a debater neste momento na Guiné-Bissau não se resume à disputa eleitoral”.

“Os outros interesses são de países que assumem ter uma agenda para a Guiné-Bissau. Se eu disser que no meio deste contencioso eleitoral há um país vizinho da Guiné-Bissau que assume que vai lançar o leilão de plataformas de exploração petrolífera, incluindo plataformas petrolíferas que estão dentro do território da Guiné-Bissau, acho que isso dá alguma ideia daquilo que está a acontecer connosco”, frisou.

O político sublinhou que com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), cumprida a questão

da abertura das urnas e recontagem dos votos, aceitará “qualquer resultado, mas nunca imposto de fora ou por vontades por outros interesses”.

“Somos legalistas, somos democratas, e sendo aquilo que é a escolha feita pelo povo guineense, nós aceitaremos qualquer resultado”, disse.

Presidente do parlamento acusa número dois de crime de “usurpação”

O presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, acusou esta quarta-feira o vice-presidente do parlamento, Nuno Nabiam, de crime de “usurpação de competências”, punível na lei penal do país. Na impossibilidade do presidente da Assembleia Nacional”, Nuno Nabiam, que é também presidente da Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB), reuniu-se com a comissão permanente e marcou uma sessão especial do parlamento para quinta-feira, para a tomada de posse do candidato dado como vencedor das eleições presidenciais pela Comissão Nacional de Eleições, Umaro Sissoco Embaló.

“O acto praticado pelo primeiro vice-presidente da ANP consubstancia o crime de usurpação de competência na forma consumada, prevista e punível pela lei penal”, refere o comunicado.

O presidente do parlamento guineense salienta também que não existe no ordenamento jurídico da Guiné-Bissau qualquer norma que dê a um Presidente eleito ou a um candidato os poderes para marcar em conjunto com o presidente do parlamento da ANP a data de tomada de posse.

Segundo o regimento do parlamento guineense, o presidente da ANP tem a competência exclusiva de convocar uma sessão especial para indigitar o novo Presidente 45 dias depois de divulgados os resultados definitivos.

“Existindo um contencioso eleitoral, a ANP considera não preenchidos os pressupostos essenciais para a prática dos atos subsequentes”, salienta o comunicado de Cipriano Cassamá.

O presidente do parlamento sublinha também que havendo um recurso de contencioso eleitoral fica “demonstrado de forma inequívoca a inexistência de um candidato eleito nas eleições de 29 de dezembro”.

Cipriano Cassamá refere que mantém a sua posição de esperar pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça, sobre o recurso de contencioso eleitoral apresentado pelo candidato Domingos Simões Pereira, antes de iniciar o processo para a investidura do novo Presidente.



NO INFORMAL

Pedro Madruga (Texto)
Ilec Vilanculo (Fotos)

O tempo, esse mistério!

O tempo é como um poço sem fundo, um misterioso animal que surge e, de seguida se esconde num piscar de olhos, como as horas de um dia sombrio. Passamos estes dias a perguntar nos cantos dos bairros, nas aldeias e até às galinhas e aos pássaros que sabem muito da vida dos Homens, quem colocou ao avesso a alegria dos moçambicanos? Não respondam agora, por favor! As luzes que roubamos ao sol são ainda suficientes para tudo e para nada. Por vezes dói a existência, o vazio das horas. Quem sabe explicar a morte tão bem explicado quanto ela própria?

«E para isso basta-me tocar os sinos/ que cada homem tem no coração». Pilhámos versos do Poeta Manuel Alegre, ele que nasceu em Maio, o mês das flores, uma marca da época no hemisfério norte. São essas flores que nos convocam à reflexão, à meditação, ao debate interior, nós seres peregrinos das horas desta vida.

Marina Pachinuapa e Josina Machel plantaram o sonho, «nas estrelas e sobre o mar», como quem reedita o encontro, a companhia da heroína de 7 de Abril, noutra ser, noutra existência. O tempo semeia coincidências inenarráveis.

Outra via para entender os mistérios do tempo talvez será recorrer à fita métrica, Bismarque e Simango têm sugestões.

«O que sobra de mim é isto, este calor que guardei no coração, minha irmã». Se os políticos fossem poetas, o mundo seria muito agradável. Ninguém duvida do outro Simango, o mais velho do Uria, nem de Ana Rita Sithole. O tempo, esse grande mestre vai revelar!

Raúl Domingos e António Francisco não duvidam do peso da morte de Mário Machungo, para os já pobres dos nossos números de pobreza.

Daqui para frente, entregámos a Gilberto Mendes e Samora Machel Jr., todas as luzes, quem sabe «a seiva da Nação» saberá tomar as rédeas, a favor de todo Povo?





IMAGEM DA SEMANA

Foto Naíta Ussene



Praia de Bilene

Dos 5.7 biliões gastos na compra de autocarros apenas 131 milhões de meticais foram reembolsados

Transportadores não pagam dívidas

Dos 5.7 biliões de meticais que o governo de Moçambique gastou de 2014 a 2018 na importação de 535 autocarros para as diferentes associações de cooperativas de transportadores, a título do crédito, apenas 131 milhões de meticais, o correspondente a 5,2%, foram reembolsados.

Nas previsões do executivo de Filipe Nyusi, os transportadores privados que se beneficiaram de autocarros, a título creditício, deviam ter devolvido, até ao momento, cerca de 2.5 biliões de meticais, ou seja, perto da metade do valor emprestado. Perante esta realidade de incumprimento das cooperativas dos transportares, o Governo viu-se obrigado a assumir a dívida. Dados contidos no relatório sobre a conta geral do Estado de 2018 indicam que o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações (FTC), durante o quinquénio passado, recebeu 80 autocarros, de uma doação e celebrou cinco contratos com as empresas Sir. Comércio Internacional Lda., Caetano Equipamento, Lda. e Tata de Moçambique, para aquisição de 455, no montante de 5.7 biliões de meticais. O documento sublinha que com vista à distribuição dos autocarros, o FTC, assinou contratos com as cooperativas de transporte, pagáveis em cinco anos, através de amortizações mensais das unidades alocadas, a crédito, aos operadores. Do valor de 375.180.000,00 Meticais, utilizado pelo FTC na aquisição de 50 autocarros, distribuídos às Cooperativas de Transportadores, foram reembolsados, apenas, 67.333.765,83 Meticais, o que representa 28,7% do valor previsto, de 235.000.000,00 de Meticais. Antes, em 2014, o governo investiu

536 milhões de meticais na compra de 105 autocarros, dos quais não se reembolsou nenhum valor. O nível de incumprimento mais gritante verificou-se em 2018 quando o governo importou 300 autocarros no valor de 3.9 biliões de meticais tendo sido reembolsado apenas 6,5% o correspondente a 560 milhões de meticais. Em 2018 foram investidos cerca de um bilião de meticais na compra de 80 autocarros para o sector privado, os quais apenas 27 milhões foram devolvidos, o correspondente 1,6%. Nesta empreitada, a auditoria constatou que nenhuma medida foi tomada para a recuperação das dívidas, bem como não foram accionados os mecanismos previstos nos contratos para os casos de mora no pagamento dos financiamentos. Confrontado com a situação, o Governo afirmou sem prova material, que a baixa arrecadação deveu-se “a factores exógenos que influenciaram negativamente a sua execução, nomeadamente a não aplicação da tarifa de passageiro inicialmente prevista e subida do custo de combustível, condicionando o pagamento mensal das letras inicialmente acordadas”. A fonte sublinha que quanto às medidas tomadas, o executivo apontou que do trabalho realizado com os mutuários, Federação Moçambicana das Associações dos Transportadores Rodoviários (FEMATRO) e o FTC, considerando as dificuldades apresentadas foi alcançado um novo acordo para actualização do valor e número das prestações, estando em curso o processo da formalização contratual por via de adendas. Entretanto, os transportadores, alegando novas subidas de combustíveis

solicitaram nova redução do valor das letras, o que não foi aceite pelo FTC. Em virtude de não se ter chegado a acordo para a reprogramação do serviço da dívida, não há garantias da amortização dos empréstimos ao invés de se transferir para a conta do respectivo fornecedor. Além de incumprimento das amortizações atinentes a aquisição de autocarros, o relatório do Tribunal Administrativo (TA) fala de vários casos de uso indevido de fundos públicos no “ninho” do FTC e adverte que a utilização de dinheiros públicos em finalidades diferentes das legalmente previstas é infracção financeira nos termos da Lei. A título de exemplo, o TA diz que o governo, através do FTC, assumiu uma dívida, no valor de 137.556.010,75 Meticais, contraída pela empresa privada PMS - Plataforma de Multi-Serviços, SA., a dois bancos comerciais, sem que esta tenha executado o Projecto da Bilhética, concessionado pelo Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), no montante de 226.000.000,00 Meticais, alegando o incumprimento de algumas cláusulas contratuais por parte do Executivo. Do valor, até ao presente exercício, foram pagos 56.772.520,85 Meticais, ao Banco Comercial de Investimento (17.944.208,00 Meticais) e ao Banco Único (38.828.312,85 Meticais); No entender do TA, antes da celebração do contrato, deveria ter sido feito um estudo de viabilidade, para avaliar o impacto económico, financeiro e social do projecto, facto que evitaria o minimizaria os riscos do fracasso e consequentemente a imputação de prejuízo ao Estado.

(Raul Senda)

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



• Uma das ministras acomodadas no presente governo deve ter que arranjar matrícula de última hora numa das escolas públicas para aulas aceleradas de matemática. A tal executiva do engenheiro do planalto acha que é possível fazer 300.000 salas de aula nos próximos cinco anos, qualquer coisa como 60.000 salas de aula por ano, 5000 salas de aula ao mês. Como ninguém viu o seu correligionário de partido que trata dos assuntos dos empresários a fazer comunicado de imprensa pela boa nova, só podem ser coisas desta época tresloucada de canhu e caju ...

• Deslumbrado também deve ter ficado um administrador da bacia do Zambeze em deslocação à capital, mais concretamente à presidência, onde um mecanismo de segurança impede que as pessoas vão às reuniões com os teléls, não se sabe muito bem porquê, mas se calhar é para não haver distrações com mensagens de “whatsapp”. Tão deslumbrado ficou, que agora na sua administração, também não é possível entrar com telemóvel.

• Só ele próprio, o soba do território, tem direito em expor os seus brinquedos sobre a mesa e atender o telefone ... na língua oficial e em xisena...

• Ainda pelas terras do Zambeze, a chuva parece não dar tréguas por essas alturas, nomeadamente na capital instalada sobre o rio dos Bons Sinais. Os municípios estão bem zangados com um sistema de drenagem que custou milhões, fez sorrir alguns novos empresários moças, mas o povo continua debaixo de água. Mano Mané, para preservação da sua idoneidade, não era bom que se fizesse uma auditoria à polémica drenagem?

• Mais a norte, para as bandas de Cabo Delgado, a chuva está dar cabo de estradas e pontes, nomeadamente no Messalo. Se a situação continua, o bom do ministro da área passa a ministro residente na província. O que nem era mau, dada a pobreza dos executivos frel destacados para ali.

• Entre as duas funções governativas, o eleito e o nomeado, venho o diabo e escolha o melhor. Como se diz na gíria ...

• Se os organizadores das exéquias do homem que uma vez disse que ele era a Frelimo em pessoa o tivessem consultado, certamente que teria recusado que o seu velório fosse dividido em duas partes: uma para a prol, e outra para os perfumados de fato e gravata. Não precisavam ter sido tão descarados assim. Bastava apenas dizer que a primeira parte terminava ao fim do primeiro dia, e que o resto estava reservado para a cerimónia oficial. O diabo mora sempre nos detalhes.

• Enquanto se contraem estrondosas dívidas para a construção de aeroportos bastante subutilizados, as cidades moçambicanas não têm o mínimo de condições de saneamento. Dois dias de chuva intermitente provocaram inundações que colocaram vários bairros pelo país fora em condições extremamente precárias, obrigando, em alguns casos, ao adiamento do início das aulas.

• Houve um frenesim em todos os ministérios para se produzir o plano dos primeiros 100 dias de governação. A pergunta que anda na boca do povo é se com uma tão longa transição, tal processo não poderia ter sido feito muito antes, para que os novos ministros entrassem a correr?

• O ministro Lança Perfume teria suspirado de alívio com a primeira leva das nomeações ministeriais. Mas quando veio a segunda vaga, a dos vices, perdeu a cabeça. E ainda com essa dos SEPs, tal é o sufoco sobre as contas públicas que não se sabe se o homem consegue apanhar sono, só de pensar onde irá buscar tanta mola. Mas lá está, com tantos prémios a serem distribuídos pelos enchimentos...

• Eram lendários os dispositivos de segurança que acompanhavam o chefe do país dos Faraós, que chegavam mesmo a ocupar um quartoirão. Mas quando o povo se revoltou em 2011, nenhum dispositivo de segurança o conseguiu proteger. Depois de passar pela indignidade de um julgamento metido numa gaiola, esta semana chegou ao fim da sua longa vida e foi enterrado com honras de Estado.

Em voz baixa

• O puritanismo frel, afastou das posições de destaque lgumas pessoas que nos últimos anos estiveram bem próximas daquele que disse dele próprio que era a própria frel, “um general com “J” grande”. Por isso nunca esteve tão popular cá pelas bandas aquela música meio subversiva para os costumes do nosso “kamba” Matias Damásio...

45G

Chamadas grátis nas Ofertas Top

Activa já *248#

Termos e condições aplicáveis.



O futuro é tudobom.

Vamos?





Total apoia empresários de Cabo Delgado

O Projecto Mozambique LNG, liderado pela Total, desembolsou cerca de 200 mil dólares americanos para apoiar a reabilitação do Centro de Apoio e Orientação ao Empresário (CORe) de Pemba, bem como o seu apetrechamento em equipamento informático e material de escritório. O apoio ao CORe resulta do memorando de entendimento existente entre o Projecto e o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), que prevê a utilização dos CORes de Maputo e de Pemba para informação, formação e assistência a pequenas e médias empresas moçambicanas.

O CORe ora reabilitado foi inaugurado nesta segunda-feira, pelo Governador de Cabo Delgado, Valige Tauabo, que afirmou: “inauguramos este espaço a pensar na transformação estrutural e de longo prazo do nosso sistema produtivo, liderado pelas nossas criativas e resilientes PMEs, com o apoio de todos os parceiros e amigos de Cabo Delgado em direcção à certificação de massa. Reiteramos a nossa confiança na atenção da Total e parceiros na concretização de oportu-

nidades para as PMES locais”. Segundo Tauabo, a Total tem demonstrado “uma aposta firme nas PMEs de Cabo Delgado”.

Para sua vez, o Director-adjunto do IPEME, José Libombo, afirmou que o CoRE é “uma plataforma para o fornecimento de informação, formação e assistência a pequenas e médias empresas moçambicanas”. Libombo afirmou ainda a que a reabilitação e modernização do CoRE é parte do trabalho conjunto que o IPEME e a Total têm realizado e que inclui outras actividades, como por exemplo, o programa piloto de certificação, que abrange actualmente 40 PMEs moçambicanas, sendo 20 em Maputo e 20 em Cabo Delgado, bem como a realização de seminários em higiene, segurança e ambiente no trabalho e de oportunidades de negócio.

Já o Director Geral da Total em Moçambique e Vice-Presidente do projecto Mozambique LNG no país, Ronan Bescond, afirmou, “Como um dos maiores actores da área de energia, nós consideramos que temos a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos países que nos acolhem, em particular das regiões



onde estamos presentes”. O Projecto espera adjudicar contratos de cerca de 2.5 mil milhões de dólares americanos a empresas de capitais moçambicanos ou re-

gistadas em Moçambique durante o período de construção de cinco anos. Esta adjudicação representa mais de um terço do contrato total onshore, com a maior parte do

remanescente estando a ser usado na aquisição em bens e serviços técnicos altamente especializados que actualmente não podem ser adquiridos em Moçambique

Moçambique a caminho da Expo Dubai 2020

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) olha para a participação de Moçambique na Expo Dubai 2020 como uma oportunidade de expandir as exportações de produtos nacionais.

Agostinho Vuma, Presidente da CTA, espera que o país colha benefícios e incremente o nível de parcerias empresariais. “Ansiamos, também, pelo aumento do fluxo de comércio e negócios com os Emirados Árabes Unidos, incentivando o maior aproveitamento das facilidades criadas no âmbito do acordo de dupla tributação existente entre os nossos dois países”, disse Vuma. Destacou o momento referindo que se trata de uma inigualável oportunidade para a promoção

de investimentos e parcerias em prol do desenvolvimento económico e da melhoria das trocas comerciais entre Moçambique e os Emirados Árabes Unidos.

Discursando no seminário de preparação de Moçambique a caminho da EXPO Dubai 2020, Agostinho Vuma aproveitou a oportunidade para apelar o governo no sentido de acelerar as negociações de acordo para a isenção de vistos entre Moçambique e Emirados Árabes Unidos.

“Em nome da CTA, gostaria de assumir o compromisso de continuar a cooperar nos diversos esforços em curso para assegurar o sucesso da participação de Moçambique neste evento, quer através da contínua mobilização da participação do empresariado nacional, quer através do uso das plataformas disponíveis na CTA para a divulgação do event”, disse Vuma.

Os Emirados Árabes Unidos ocu-



pam a quinta posição dos maiores parceiros comerciais de Moçambique, com um volume de comércio externo estimado em 626 milhões de dólares, em 2019, cifra que pode vir a crescer nos próximos anos.

Um dado importante é que, deste volume comercial, o nível de importações foi de cerca de 551.8 milhões de dólares, contra exportações no valor de 74.2 milhões de dólares, resultando num défice comercial de cerca de 448 milhões de dólares, ou seja, que as importações são 6 vezes maiores do que as exportações.

Importa destacar também que os Emirados Árabes Unidos apresentam maior volume de Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique, sendo que, em 2019, este ascendeu a aproximadamente 980 Milhões de Dólares, o correspondente a cerca de 49% do total.

Moza apoia negócios para mulheres

O Moza Banco associou a sua marca ao Programa de Aceleração de Negócios para Mulheres Empreendedoras, organizado pelo Muva – uma incubadora e aceleradora social focada em abordagens inovadoras para mulheres empreendedoras. Neste evento, o Moza busca transmitir a sua experiência a esta classe de profissionais em matérias ligadas à literacia financeira.

Cerca de 50 mulheres jovens empreendedoras sentaram-se, esta quinta-feira, à mesma mesa, no edifício sede do Moza Banco, para uma troca de experiências em matérias ligadas a saber fazer negócios.

Intervindo na abertura do evento, Joana Matsombe, Administradora do Moza Banco, fez menção à importância da componente financeira para o desenvolvimento de qualquer tipo de negócio.

“Creio que esta é uma via acertada para o incremento de negócios no seio das mulheres jovens empreendedoras. É um benefício também para o Banco, na medida em que novos clientes serão atraídos para o Moza, dando assim o valor merecido ao cliente, fornecendo novos produtos e Por sua vez, Ludmila Comé, representante do Muva, referiu que o Programa de Aceleração de Negócios para Mulheres Empreendedoras visa essencialmente empoderar as mulheres e torná-las mais preparadas para fazerem face a novos desafios impostos pela dinâmica do mercado.

“Sabemos que, em função das dificuldades que a mulher tem de se integrar no mercado de trabalho, o empreendedorismo é a solução ideal. Portanto, é importante trabalhar no empreendedorismo feminino, porque acreditamos que isso tem um impacto social muito relevante”, disse Ludmila Comé.

Gujarat contribui para Internacionalização do Ensino Superior

Decorreu entre os dias 24 à 26 e Fevereiro do mês corrente, em Maputo, a feira de educação no âmbito da campanha “Estudar em Gujarat”, uma iniciativa que visa divulgar as oportunidades de estudos aos estudantes moçambicanos no Estado indiano de Gujarat, bem como propiciar o estabelecimento de parcerias entre Instituições de Ensino Superior (IES) moçambicanas e indianas.

A Iniciativa Estudar em Gujarat constitui, segundo a Directora Nacional do Ensino Superior, Eugénia Cossa, um contributo para o incremento dos esforços empreendidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) moçambicanas na implementação do Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020, em relação a Internacionalização e Mobilidade de Docentes e Estudantes. Discursado durante o evento, Eugénia Cossa recordou que recai sobre o Ensino Superior a responsabilidade de formar e educar cidadãos capazes de aplicar conhecimentos científicos para aprofundar a análise crítica dos principais desafios ao desen-

volvimento económico e social sustentável do país, da região e do mundo, bem como sistematizar o conhecimento local, buscando alternativas de solução aos problemas identificados.

Neste contexto, o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) encoraja os jovens estudantes moçambicanos a candidatarem-se, massivamente as oportunidades disponibilizadas por cerca de 13 Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado indiano de Gujarat, onde podem formar-se nos níveis de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, em áreas estratégicas como sejam, Artes, Comércio, Engenharia, Gestão, Finanças, Farmacêutica, Arquitectura, Agricultura, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Economia, Tributação- aduaneira, Direito, entre outras.

Importa recordar que as relações de amizade e cooperação entre a República de Moçambique e a República da Índia são de longa data, e baseiam-se em princípios de vantagens mútuas, sendo que actualmente encontram-se e estudar na República da Índia, um total de 175 moçambicanos, sendo 113 homens e 62 mulheres.

Lançado novo modelo da VW em Moçambique

A capital do país testemunhou, semana finda, o lançamento do novo modelo da VW, TIGUAN Allspace. Com sete lugares, o que permite maior conforto e viagens em família, o veículo possui um estilo exterior com novo designer e uma aparência robusta, o que garante maior estabilidade.

Paulo Oliveira, PCA da Salvador Caetano, agente da VW em Moçambique, referiu que o carro foi desenhado com novas ferramentas de condução e novos equipamentos que oferecem maior comodidade e segurança na condução.

Destacou o facto deste modelo ser fiável em termos económicos, durabilidade bem como por conter tecnologia que a permitem ser amiga do ambiente. Aliás, sublinhou Oliveira que as questões ambientais são tratadas com muito cuidado pela VW por saber que são a alma do negócio nos últimos tempos.

A viatura, que foi apresentada numa cerimónia concorrida pelo empresariado nacional,



tem o seu interior inteiramente renovado, para uma experiência confortável dos passageiros. O TIGUAN foi desenhado com um sistema de ar condicionado actualizado para uso em climas tropicais, o que garante um maior conforto aos passageiros.

“Como o nome sugere, o TIGUAN Allspace tem tudo a ver com espaço, oferecendo aos passageiros espaço adicional para uma experiência de condução mais agradável. Ambos os bancos traseiros podem

ser desdobráveis, para uma capacidade de carga máxima. Este é um veículo que marca presença em diferentes sentidos”, anotou Oliveira. Em estradas solitárias de montanha ou em magníficas avenidas de grandes cidades, o TIGUAN está pronto para quase todo o tipo de aventura. E a sua extensa lista de equipamento transforma cada viagem neste SUV num verdadeiro prazer de condução.

BCI acolhe debate sobre mudanças

Moçambique é o quarto país mais vulnerável em relação às mudanças climáticas em todo o continente africano”, afirmou na última quinta-feira, em Maputo, a directora nacional do Ambiente, Guilhermina Amurane, falando no debate que reuniu, em Maputo, especialistas, dirigentes, estudantes e alunos, num debate sobre “Efeitos das Mudanças Climáticas na Zona Costeira de Moçambique”. Amurane avançou que o país possui uma linha de costa que se estende por aproximadamente 3000 Km de comprimento, o que faz de Moçambique o país com a linha de costa mais longa

depois de Madagascar, Somália e África do Sul, facto que o torna mais vulnerável.

Indicou, como aspecto importante, que “dois terços da população de Moçambique vive nas zonas costeiras e por conseguinte esta é a parcela do país onde se encontra localizada a maior parte das infra-estruturas económicas e sociais do país, facto que exige de nós a adopção de medidas apropriadas e eficazes para tornar estas infra-estruturas resilientes ao impacto devastador dos eventos extremos como, por exemplo, as depressões tropicais IDAI e Kenneth, que afectaram as províncias do centro

e norte do país, com uma onda de destruição jamais vista”.

Na qualidade de anfitrião do evento, o representante do BCI, Emílio Fernando, referiu que sendo uma causa de relevância para a sociedade, “o BCI tem, no âmbito da sua política de Responsabilidade Social, apoiado diversas acções de defesa do Ambiente, nomeadamente a ‘Operação Caco’, de recolha de resíduos sólidos nas praias e nos bairros periféricos das grandes cidades; parcerias com o Parque Nacional da Gorongosa; conferências científicas que têm por tema a biodiversidade; a iniciativa ‘Hora do Planeta’, entre outras”.

mediaFAX e

SAVANA

A mediacoop, SA informa os seus clientes que, desde dia 10 de Agosto de 2018, tem disponível o jornal SAVANA e o diário electrónico mediaFAX no seu telemóvel, PC e tablet. Para o fazer, aceda à nossa plataforma pelo link <https://www.jornal.savana.co.mz> O envio aos assinantes da cópia PDF será descontinuado nessa data. Os assinantes com contrato em dia, receberão as senhas de acesso fornecidas pelo nosso Departamento Comercial.

Para mais informações contacte-nos:

Avenida Amílcar Cabral n.º 1049 R/C Maputo

E-mail: mediafax@mediacoop.co.mz ou dinguizwayo.chiconela@mediacoop.co.mz

Cell: 84 2272591 | 82 3171100 | 21 301737

Direcção Comercial



Água da
Namaacha

água mineral natural - spring mineral water

FAZ TÃO BEM

Mesquita defende a industrialização para promover exportação

A industrialização deverá constituir uma das principais prioridades do país, para se melhorar as exportações, através do fomento e criação de mais unidades industriais com potencial suficiente para produzir com qualidade e em larga escala, não só para a satisfação do mercado doméstico, assim como para a melhoria dos níveis de exportação.

Neste momento, os níveis de exportação do país são extremamente baixos, o que para o ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita, não pode ser, visto que Moçambique dispõe de muitos recursos, destacando, entre outros, as terras férteis e as melhores condições climáticas para se assegurar uma produção sustentável. O ministro da Indústria e Comér-

cio fez esta abordagem na segunda-feira, em Maputo, no decurso das visitas às instituições tuteladas pelo órgão que dirige, onde lembrou aos funcionários dos diversos sectores de actividade que “com o desafio que nos foi colocado pelo Presidente da República temos que acelerar com o processo da industrialização”, visto este ser o sector que a curto e médio prazos pode minimizar as importações moçambicanas e melhorar o nível das exportações.

“Nós queremos que a nossa balança comercial registre mais exportações do que as importações. Queremos atravessar fronteiras, porque neste momento não estamos satisfeitos com os níveis da balança comercial”, frisou o governante, que considera que para o início do processo de industrialização, primeiro terá que ser feito um inven-

tário do sector da indústria para se determinar o número das unidades existentes, os seus problemas e expectativas, para que de seguida se relance o plano de desenvolvimento da indústria nacional que terá como foco o desenvolvimento da agricultura.

A visita do ministro às instituições tuteladas abrangeu oito instituições, nomeadamente, a Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX), a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM), o Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), a Direcção Nacional da Indústria (DNI), o Instituto da Propriedade Industrial (IPI), a Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE), o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ).

“Rigor no licenciamento de instituições de Ensino Superior”- Defende Diogo

A Secretária de Estado na Província de Maputo, no cumprimento da sua agenda de trabalho, efectuou, recentemente, uma visita à Direcção Provincial de Ciências e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional.

Durante a visita, Vitória Diogo manteve encontro com os membros do Colectivo de Direcção e posteriormente, com os colaboradores e estudantes de algumas instituições de ensino, tuteladas por este sector, na Província de Maputo.

A Secretária de Estado deu recomendações sobre a necessidade da observância e aplicação rigorosa do quadro legal vigente para o licenciamento das instituições de ensino superior e técnico profissional; a necessidade de se rentabilizar a capacidade de prestação de serviços por parte dos formandos do Instituto Industrial e Comercial da Matola, bem como das instituições de ensino superior e técnico profissional formarem profissionais que respondam às exigências do mercado de trabalho.

De forma geral, a governante, sublinhou que o Governo continuará

a envidar esforços, no sentido de expandir, cada vez mais, a formação técnico profissional, bem como em TICs, em todo território da Província, como forma de garantir o desenvolvimento equilibrado à população.

Ainda inserido no quadro das visitas que está a fazer às instituições do Estado naquela província, Vitória Diogo, orientou ainda aos funcionários da Saúde da província de Maputo a cumprirem com zelo e dedicação as suas obrigações, de modo a garantir um serviço de excelência no sector.

Karpowership apoia famílias afectadas pelas inundações em Nacala

A Karpowership entregou, recentemente, em Nacala, bens alimentares de primeira necessidade e kits de higiene e limpeza a 114 famílias do Bairro de Ontupaia. A entrega dos kits teve lugar no posto administrativo de Muanona.

A comunidade de Ontupaia foi fortemente afectada pelas cheias que, nos últimos meses de Dezembro e Janeiro, assolaram a Província de Nampula, deixando um rasto de destruição. Muitas famílias perderam praticamente tudo, nomeadamente as casas de habitação que foram destruídas pela força das águas pluviais. Para ajudar a minimizar o impacto dos estragos provocados pelas enxurradas, a Karpowership contribuiu com bens alimentares de primeira necessidade como arroz, farinha, açúcar, óleo, sal e feijão, doando também kits de higiene e produtos de limpeza. Esta acção

vai proporcionar mais conforto às 114 famílias beneficiadas, possibilitando que a vida daquela comunidade volte à normalidade mais facilmente. Os Kits foram entregues às famílias pelo Administrador do Distrito de Nacala, Fernando Doda, sendo que a Karpowership fez-se representar por Ozan Aydemir, um dos gestores do Navio atracado em Nacala. Estiveram também presentes no evento outras entidades públicas da cidade de Nacala. Ozan Aydemir referiu na sua intervenção que, “enquanto empresa socialmente responsável, a Karpowership mantém-se atenta às preocupações e dificuldades da comunidade onde está inserida”, para depois acrescentar que “com este apoio tentamos minimizar o sofrimento de muitas famílias que perderam tudo durante as fortes chuvas que atingiram a região, dando-lhes um pouco mais de alento e conforto”.



Anuncie a sua marca, produto e serviços, na SAVANA FM . Proporcionamos para si pacotes promocionais, contacte-nos através de: 84 1440048, 82 8944278 ou ainda através do e-mail: radiosavana100.2@mediacoop.co.mz SAVANA 100.2 FM

VENDA / TRESPASSE DE PROPRIEDADES	SALE / TRANSFER OF PROPERTIES
Cerca de 702.3 Hectares	About 702.3 Acres
<ul style="list-style-type: none">Namaacha–Província de MaputoA beira da N3 Maputo-Goba90 unidades de gado bovino e infraestruturas diversasAgricultura Pecuária Indústria Mineração	<ul style="list-style-type: none">Namaacha–Maputo ProvinceRoad-side of N3, Maputo-Goba90 units of cattle and several infraestrutresAgriculture Livestock Industry Mining
Cerca de 8 Hectares	About 8 Acres
<ul style="list-style-type: none">Namaacha– Província de MaputoPróximo a albufeira dos pequenos Libombos e N3 Maputo-Goba28 cabritos, 6 ovelhas e infraestruturas diversasAgricultura Pecuária Indústria	<ul style="list-style-type: none">Namaacha–Maputo ProvinceNear Pequenos Libombos Dam and N3, Maputo-Goba28 goats, 6 sheeps and several infraestrutresAgriculture Livestock Industry
Cerca de 4,500 m²	About 4,500 m²
<ul style="list-style-type: none">Matola F/700–Província de MaputoCerca de 50 metros da N4, em frente ao MidasResidência tipo três e infraestruturas diversasIndústria Habitação	<ul style="list-style-type: none">Matola F/700–Maputo ProvinceAbout 50 metres from N4, in front of Midas3 Bedroom house and several infraestrutresIndustry Housing
Cerca de 324 m²	About 324 m²
<ul style="list-style-type: none">Coop–Cidade de MaputoA beira da avenida Vlademir LenineArmazem metálico com 2 compartimentos multi-usoHabitação Serviços Comércio	<ul style="list-style-type: none">Coop–City of MaputoRoad-side of Vlademir Lenine avenueMetalic warehouse with 2 multi-use compartmentsHousing Service Commerce
+258 87 2 700 700	



Matrículas para 2020

A Escola Comunitária Luís Cabral- ECLC, informa aos alunos, pais, encarregados de educação e ao público em geral, que ainda tem vagas para matricular novos ingressos da 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª classe por apenas 600,00 meticais.

OS ALUNOS DAS CLASSES TERMINAIS, FAZEM EXAMES NA PRÓPRIA ECLC

Podendo obter mais informações na secretaria daquela escola, sita na sede do bairro Luís Cabral, entrando a partir da Junta ou Maquinague ou contactar através dos telemóveis: 847700298 ou 826864465 ou ainda 871232355.